



# Uma investigação participativa em **Angola**

**Trabalho do Sexo & Violência**

**Junho 2026**



# Programa Hands Off

## **Reduzir a violência contra os profissionais do sexo**

O programa Hands Off, que decorre de Janeiro de 2020 a Junho de 2026, centra-se na redução da violência contra os profissionais do sexo na África Austral a nível comunitário, nacional e regional.

O programa Hands Off trabalha com grupos liderados por profissionais do sexo, autoridades policiais, líderes comunitários, religiosos e prestadores de serviços em Angola, Essuatíni, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. A violência é cada vez mais reconhecida como um importante factor de risco para a transmissão do VIH e das infeções de transmissão sexual (ITS) em todo o mundo. Altas taxas de violência perpetradas contra profissionais do sexo têm sido consistentemente relatadas no Sul Global.

O uso de violência aumenta significativamente a vulnerabilidade dos profissionais do sexo à infeção por VIH. Isso resulta no uso irregular de preservativos, aumenta o risco de infeção por VIH e impede que os profissionais do sexo tenham acesso a serviços essenciais, como cuidados de saúde e apoio legal. Além disso, constitui uma violação directa dos seus direitos humanos e afecta negativamente a sua segurança e bem-estar. Embora grande parte da investigação sobre o trabalho do sexo centra-se na prevenção do VIH, existe muito menos informação sobre o impacto da violência ou sobre os factores que aumentam ou reduzem os riscos para os direitos e o bem-estar dos profissionais do sexo.

## **Investigações sobre trabalho do sexo e violência na África Austral e em Angola**

Esta investigação está directamente ligada ao programa Hands Off, apresenta as principais conclusões de um trabalho realizado em Angola com o objectivo de analisar a violência contra profissionais do sexo. Os resultados fornecem informações sobre os níveis de violência vivenciados por esses profissionais, agressores, os factores e variáveis subjacentes que aumentam o risco de violência, bem como factores que contribuem para reduzir o risco de violência contra profissionais do sexo.

As conclusões dessa investigação serão utilizadas para informar a tomada de decisões em torno das estratégias de intervenção adequadas e para fins de advocacia e defesa de direitos. O relatório destina-se a ajudar as partes interessadas

governamentais e os decisores políticos a fortificar as estratégias destinadas a combater a violência no âmbito dos quadros legais e políticos existentes.

A investigação foi concebida por profissionais do sexo em parceria com as organizações envolvidas na primeira fase do programa. Os profissionais do sexo nos cinco países que integram o programa – Botsuana, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué – participaram na implementação da investigação e na divulgação dos resultados. Os temas incluíram: violência, relações sociais, postura da polícia, segurança e estratégias de mitigação de riscos.

Em Angola, o programa Hands Off foi lançado em 2025 em parceria com o Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS) e duas organizações lideradas por profissionais do sexo: A Associação para os Direitos das Mulheres (ADM) e a Aliança de Trabalhadoras do Sexo de Angola (ATSA) que actuam como parceiras de implementação. O programa Hands Off é coordenado pela ONG holandesa Aidsfonds, comprometida com o fim da epidemia da SIDA e com a promoção da saúde sexual e reprodutiva a nível global. O programa conta ainda com o apoio da Embaixada do Países Baixos em Maputo.

### **Estão disponíveis relatórios de investigação ou fichas informativas sobre o trabalho do sexo e a violência para:**

- > Botsuana
- > Suazilândia
- > África do Sul
- > Moçambique
- > Zâmbia
- > Zimbabué
- > Quénia
- > Namíbia
- > África Austral (regional)
- > Países Baixos

### **Organizações parceiras**

- > Fundo de Apoio à SIDA (Aidsfonds), Países Baixos
- > Associação para os Direitos das Mulheres (ADM)
- > Aliança de Trabalhadoras do Sexo de Angola (ATSA)

# Índice

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Siglas e Abreviaturas.....                                                    | 4         |
| Sumário Executivo .....                                                       | 5         |
| Introdução.....                                                               | 6         |
| <b>1. Métodos.....</b>                                                        | <b>7</b>  |
| 1.1 Método quantitativo.....                                                  | 8         |
| 1.2 Método qualitativo .....                                                  | 8         |
| 1.3 Amostra do estudo.....                                                    | 8         |
| <b>2. Contexto Nacional .....</b>                                             | <b>10</b> |
| 2.1 Quadro legal .....                                                        | 10        |
| 2.2 Violência contra profissionais do sexo em Angola.....                     | 11        |
| 2.2.1 Estigma e discriminação no acesso aos cuidados de saúde em Angola.....  | 11        |
| 2.3 Prevalência do VIH entre profissionais do sexo em Angola.....             | 11        |
| <b>3. Resultados do estudo - Violência contra profissionais do sexo .....</b> | <b>13</b> |
| 3.1 A comunidade .....                                                        | 14        |
| 3.1.1 Família, amigos e parceiros .....                                       | 14        |
| 3.1.2 Outros profissionais do sexo .....                                      | 15        |
| 3.2 Clientes .....                                                            | 16        |
| 3.3 Chulos.....                                                               | 19        |
| 3.4 A polícia.....                                                            | 19        |
| 3.4.1 Violência .....                                                         | 20        |
| 3.4.2 Detenção.....                                                           | 21        |
| 3.4.3 Recurso à polícia.....                                                  | 22        |
| 3.4.4 Apoio da polícia e experiências positivas .....                         | 23        |
| 3.5 Cuidados de Saúde .....                                                   | 23        |
| 3.6 Quais os factores que contribuem para a violência? .....                  | 25        |
| 3.7 Pessoas em situação de maior risco.....                                   | 26        |
| 3.7.1 Estratégias de prevenção e mitigação de riscos.....                     | 26        |
| 3.8 Apoio aos profissionais do sexo .....                                     | 29        |
| <b>4. Conclusão.....</b>                                                      | <b>31</b> |
| 4.1 Recomendações .....                                                       | 31        |
| Referências .....                                                             | 34        |

# Siglas e Abreviaturas

|                |                                                                                                                                                               |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ADM</b>     | Associação para os Direitos das Mulheres                                                                                                                      |
| <b>SIDA</b>    | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida                                                                                                                        |
| <b>ATSA</b>    | Aliança de Trabalhadores do Sexo de Angola                                                                                                                    |
| <b>DNSP</b>    | Direcção Nacional de Saúde Pública                                                                                                                            |
| <b>VIH</b>     | Vírus da Imunodeficiência Humana                                                                                                                              |
| <b>IBBS</b>    | Inquérito Biológico e Comportamental Integrado                                                                                                                |
| <b>INLS</b>    | Instituto Nacional de Luta contra a SIDA                                                                                                                      |
| <b>LGBTIQ+</b> | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Intersexo, Queer e todas as outras orientações sexuais e identidades de género não especificadas pelas letras LGBTIQ |
| <b>MASFAMU</b> | Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher                                                                                                      |
| <b>MININT</b>  | Ministério do Interior                                                                                                                                        |
| <b>MJDH</b>    | Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos                                                                                                                  |
| <b>PEN</b>     | Plano Estratégico Nacional de Resposta ao VIH/SIDA, Hepatites Virais e Outras Infeções Sexualmente Transmissíveis                                             |
| <b>PrEP</b>    | Profilaxia Pré-Exposição                                                                                                                                      |
| <b>ITS</b>     | Infeções de Transmissão Sexual                                                                                                                                |
| <b>ONUSIDA</b> | Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA                                                                                                          |
| <b>PNUD</b>    | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                                                                                                             |

# Sumário Executivo

## Contexto

Os profissionais do sexo expostos à violência apresentam maior probabilidade de contrair o VIH e outras infeções de transmissão sexual (ITS). Em Angola, mulheres profissionais do sexo, mulheres transgénero profissionais do sexo e homens profissionais do sexo enfrentam diversas desigualdades estruturais decorrentes da pobreza, do estigma social na comunidade e nas famílias, bem como da opressão de género. Embora a legislação e as políticas angolanas não criminalizem explicitamente estes grupos, contêm omissões significativas que os deixam desprotegidos.

## Métodos

A presente investigação teve como objectivo analisar a dinâmica da violência entre os profissionais do sexo em Luanda, de forma a gerar uma compreensão mais aprofundada dos factores que aumentam o risco de violência, bem como das estratégias de mitigação. Foram utilizados métodos mistos: quantitativos, através de um inquérito aplicado a 469 participantes; e qualitativos, por meio de grupos focais com 42 participantes, entrevistas em profundidade com 20 participantes e entrevistas com 6 informantes-chave.

## Resultados

Os resultados demonstram que a violência contra os profissionais do sexo em Luanda é generalizada, frequente e multifacetada. **90% dos inquiridos relataram ter sofrido pelo menos um tipo de violência nos últimos 12 meses.** A violência é recorrente e pode envolver vários tipos simultaneamente. As diferentes experiências de violência resultam da interseção entre género, estigma, responsabilidades familiares, nível de

escolaridade e contextos de trabalho. Os clientes e a polícia constituem os principais perpetradores da violência. Mais de metade dos participantes sofreram violência física (55%) ou sexual (56%) por parte de clientes, e mais de metade relataram ter sido vítimas de violência física por parte da polícia (51%). Os resultados evidenciam ainda uma associação consistente entre a violência e factores de vulnerabilidade estrutural. Quase todos os participantes referiram adotar estratégias para prevenir ou mitigar a violência, embora com eficácia limitada.

## Conclusões

Os profissionais do sexo em Angola enfrentam níveis altos de violência, estigma, discriminação e outras violações dos direitos humanos, o que os torna consideravelmente mais vulneráveis ao VIH/SIDA. Os resultados da investigação reforçam a necessidade de intervenções que vão além da mudança de comportamentos individuais e que abordem as barreiras estruturais, os sistemas e as condições mais amplas que dificultam a protecção da saúde ou o acesso à justiça e aos serviços. A reforma das leis, dos sistemas e dos padrões de serviço é essencial para proteger os profissionais do sexo. É igualmente fundamental reforçar a advocacia no sentido de reconhecer a violência contra este grupo como uma questão de direitos humanos e de saúde pública, garantindo a sua inclusão nos processos de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, os esforços devem-se centrar na expansão de serviços seguros, em mecanismos fáceis de denúncia para além da polícia, e na integração da prevenção da violência nos programas de VIH. Estas medidas devem ser apoiadas com um aumento do financiamento às organizações lideradas por profissionais do sexo, pela melhoria do acesso a ferramentas de prevenção do VIH e da violência, e pela criação de oportunidades de educação e geração de rendimento.

# Introdução

Os profissionais do sexo, em muitos contextos, apresentam elevada vulnerabilidade ao VIH. Factores estruturais como a pobreza, o baixo nível de escolaridade e o estigma associado ao trabalho do sexo – interligados com a orientação sexual, a identidade de género, a condição de migrante, a violência, a discriminação e a criminalização do trabalho do sexo, bem como o estado serológico positivo para o VIH – contribuem para aumentar o risco de infeção pelo VIH. Estes factores criam múltiplas barreiras no acesso à informação e aos serviços relacionados com o VIH (Viswasam et al., 2021).

Um estudo revela que a discriminação no atendimento, a violação da confidencialidade e até a recusa de prestação de serviços são fenómenos comuns (Decker, 2015). Este problema afecta principalmente o acesso ao teste de VIH. Em 2021, o ONUSIDA salientou que 67% dos profissionais do sexo conheciam o seu estado serológico em 30 países (ONUSIDA, 2021). Até 2024, entre os 69 países que reportaram dados, esta proporção tinha aumentado para 80% (ONUSIDA, 2024).

A violência constitui um factor crítico na vulnerabilidade dos profissionais do sexo ao VIH. Enfrentam violência verbal, física ou sexual, estigma social, discriminação, intimidação, coação e assédio por parte de clientes, donos de bordéis, agentes da polícia, parceiros íntimos e outras pessoas na comunidade e na família. Esta violência não é apenas generalizada, como também legitimada e aceite por muitos (ONUSIDA, 2012; Decker, 2015; Viswasam et al., 2021).

As políticas ou leis repressivas aumentam ainda mais a probabilidade de ocorrência de violência. O trabalho do sexo encontra-se actualmente criminalizado na maioria dos países da África Austral, através de leis nacionais e regulamentos municipais. A criminalização contribui para um ambiente de tolerância e normalização da violência contra os profissionais do sexo, bem como para a ausência de protecção para aqueles que trabalham na rua ou em locais isolados. Contribui igualmente para que os profissionais do sexo trabalhem em condições insalubres e não reguladas (Deering et al., 2014).

A criminalização total, parcial ou indirecta do trabalho do sexo (como a proibição da promoção do trabalho do sexo) também torna a violência invisível, o que significa que os profissionais do sexo podem não reconhecer os actos de violência como tal (Deering et al., 2014). Isto pode, em certa medida, explicar as taxas variáveis de violência encontradas numa revisão da literatura de mais de 800 estudos sobre o trabalho do sexo: 7-89% e 5-100% dos profissionais do sexo relataram ter sofrido violência sexual e física, respetivamente, nas mãos da polícia nos países estudados, enquanto 8-76% sofreram violência física ou sexual por parte de clientes e 4-64% por parte de parceiros íntimos (Decker et al., 2015). As estimativas sugerem que 25% das infeções por VIH entre profissionais do sexo poderiam ser reduzidas se a violência física e verbal contra eles diminuísse (Aidsfonds, 2018; FHI 360, 2019).

Os programas de VIH destinados a profissionais do sexo devem abordar factores estruturais como a violência, a fim de serem verdadeiramente eficazes (Decker et al., 2015; UNAIDS, 2012). Nesse sentido, são necessárias evidências para orientar as intervenções. No entanto, os dados e as informações sobre violações dos direitos humanos contra profissionais do sexo são frequentemente subestimados. A falta de documentação sistemática dos casos de violação distorce a dimensão do problema. Para além disso, muitas estratégias para reduzir a violência contra os profissionais do sexo não foram formalmente investigadas e avaliadas (OMS et al., 2010).

# 1. Métodos

Para este estudo foi utilizada uma abordagem de método misto de investigação participativa baseada na comunidade. Isto significa que todos os parceiros, incluindo os profissionais do sexo, contribuíram para a concepção da investigação e das ferramentas, a seleção das investigadoras contratadas, a recolha dos dados e a formulação dos resultados. Através do envolvimento dos parceiros de implementação ATSA e ADM, o programa procurou refletir as necessidades reais da comunidade de pessoas que trabalham na indústria do sexo.

Em Angola, um grupo de trabalho técnico composto por organismos governamentais, agências internacionais e pelas organizações ADM e ATSA supervisionou e apoiou todas as fases da investigação, desde o desenvolvimento do protocolo, a apresentação ao Comité de Ética, a adaptação das ferramentas ao contexto angolano, a formação dos assistentes de investigação, a recolha de dados e a elaboração de relatórios. Este grupo foi fundamental para garantir a aprovação do Comité de Ética, reforçar o apoio institucional aos profissionais do sexo e assegurar a implementação das conclusões da investigação. Faziam parte do grupo representantes do Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS), do Ministério do Interior (MININT), do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH), do Ministério da Acção Social, da Família e da Promoção da Mulher (MASFAMU), da Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (ONUSIDA).

A investigação teve duas vertentes – uma quantitativa e outra qualitativa – ambas realizadas com consentimento informado, com base em ferramentas previamente desenvolvidas em colaboração com profissionais do sexo de todos os países participantes, com o apoio da equipa e de especialistas do programa Hands Off, em cooperação com a Universidade VU de Amsterdão. Estas ferramentas metodológicas foram posteriormente adaptadas ao contexto angolano, com o apoio da ATSA, da ADM e do grupo técnico.

Todos os participantes tinham 18 anos ou mais, dominavam o português para responder às perguntas e deram o seu consentimento informado. O estudo deu prioridade aos profissionais do sexo dos municípios da província de Luanda com elevado fluxo de trabalho do sexo e onde a ADM e a ATSA actuam no âmbito do programa Hands Off, nomeadamente Ingombota, Maianga, Belas, Cacuaco e Viana, na província de Luanda, e o bairro de Zango, na província de Icolo e Bengo.

## Definição de violência

Para efeitos do presente relatório, a violência foi categorizada e definida da seguinte forma:



**Violência física:** Qualquer uso deliberado de força física contra profissionais do sexo, com potencial para causar danos. Isto inclui, entre outros, espancamentos com as mãos ou com objectos, pontapés e empurrões.



**Violência sexual:** Qualquer acto sexual, ou tentativa de obter um acto sexual, para o qual não tenha sido dado consentimento. Isto inclui, mas não se limita a violação, tentativa de violação, toques sexuais indesejados e assédio sexual.



**Violência emocional:** Qualquer acto que diminua o sentido de identidade, dignidade e autoestima de profissionais do sexo, incluindo ameaças, assédio, menosprezo e humilhação, e que os façam sentir-se indignos. Isto inclui, mas não se limita a discriminação.



**Violência económica:** Qualquer acto que vise privar os profissionais do sexo do seu dinheiro, incluindo, mas não se limitando a, exploração, roubo e clientes que não pagam pelos serviços prestados.

Para definir o risco global de violência sofrido por profissionais do sexo, o estudo combinou os factores de risco tanto para a violência física como para a violência sexual.

## 1.1 Método quantitativo

O questionário final é composto por 88 perguntas, centrando-se nos seguintes temas: 1) aspetos do trabalho do sexo (tais como local de trabalho, incentivos económicos, clientes, migração e motivos para ingressar no trabalho do sexo); 2) rede social de violência; 3) violência e aplicação da lei; 4) estratégias de prevenção, redução de danos e mitigação de riscos; 5) saúde e serviços; e 6) variáveis demográficas.

Os dados foram recolhidos entre novembro e dezembro de 2025 por investigadores assistentes, que se reuniram com profissionais do sexo em focos ou outros locais. No total, 11 profissionais do sexo de diferentes géneros e faixas etárias foram formados como investigadores assistentes. A formação foi adaptada a partir de material da Aidsfonds focado em diferentes aspectos da realização de questionários:

1) a violência como conceito; 2) diferentes métodos e ferramentas de investigação; 3) perguntas abertas versus perguntas fechadas; 4) o protocolo de investigação; 5) diferentes tipos de violência; 6) técnicas de amostragem; 7) o efeito da atitude do entrevistador; e 8) considerações éticas e referências. Houve ainda oportunidades para praticar a utilização das ferramentas no terreno.

Através de uma amostragem em bola de neve, em que os inquiridos convidaram outros profissionais do sexo a participar no estudo, foram preenchidos digitalmente um total de 469 questionários, utilizando o software Ona Data em telemóveis. O tempo médio de preenchimento foi de 1,5 horas. Os participantes receberam uma compensação pela sua participação.

## 1.2 Método qualitativo

A componente qualitativa constituída por discussões em grupos focais, entrevistas em profundidade com profissionais do sexo e entrevistas com Informantes-chave, foi conduzida por duas cientistas sociais responsáveis pela coordenação do estudo. As discussões em grupos focais abordaram quatro temas centrais: 1) violência; 2) polícia; 3) redes de apoio; e 4) estratégias de prevenção e mitigação de riscos.

Foram aplicadas duas abordagens: 1) grupos homogéneos, nos quais todos os temas foram discutidos em conjunto; e 2) grupos heterogéneos, que abordaram cada tema separadamente. As sessões iniciaram-se com uma actividade de descontração, como um exercício de pintura, com o objectivo de quebrar o gelo.

No final das discussões em grupo realizou-se uma sessão informativa sobre o VIH/SIDA, uma vez que muitos participantes revelaram lacunas ou desinformação nos seus conhecimentos. Todos os participantes receberam preservativos e uma compensação pela participação, tendo sido encaminhados para serviços de apoio e de saúde.

No total, foram realizadas 20 entrevistas em profundidade, bem como nove sessões de grupos focais envolvendo 42 participantes. Com autorização dos participantes, as conversas foram gravadas e posteriormente transcritas com recurso de um aplicativo de transcrição. Os conteúdos foram analisados com o software NVivo.

Além das perspetivas dos profissionais do sexo, a investigação incluiu seis outras partes interessadas com experiência profissional ou contacto com este grupo. Foram entrevistados Informantes-chave do Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (INLS), do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, da Direcção Nacional de Saúde Pública, do ponto focal de VIH/SIDA de um dos municípios alvo da investigação, do PNUD/Fundo Global e da ATSA.

## 1.3 Amostra do estudo

### Participantes

A análise dos dados quantitativos revela uma amostra de estudo (n=469). A maioria dos profissionais do sexo nesta investigação são mulheres (46%), seguidas de homens (30%) e pessoas transgénero (23%).<sup>1</sup> Apenas 0,6% declararam ter outra identidade de género. A maioria (63%) tem 25 anos ou mais. As idades dos participantes variaram entre os 18 e os 49 anos, com uma idade média de 25 anos. Cerca de 76% são originários de Luanda, enquanto 20% são migrantes de outras províncias e 4% são oriundos de outros países.

<sup>1</sup> As profissionais do sexo são mulheres cisgénero. Os profissionais do sexo masculinos são homens cisgénero, independentemente da sua identidade sexual, orientação sexual ou afiliação à comunidade LGBTQ+. As profissionais do sexo transgénero são pessoas designadas do sexo masculino à nascença que se identificam como mulheres..

A maioria dos profissionais do sexo nesta investigação são solteiros (76%), enquanto 24% estão num relacionamento, mas não são casados, 0,4% são actualmente casados e 0,4% são viúvos. Vinte e oito por cento têm filhos, com uma média de dois filhos. Cinquenta e um por cento das mulheres profissionais do sexo afirmam ter filhos, sendo muitas delas a única fonte de sustento da família, contra apenas 11% dos homens e 2% das mulheres transgénero profissionais do sexo. Responsabilidades familiares, como cuidar dos filhos (24%), sustentar os pais (19%) e irmãos após ficarem órfãos (20%), foram referidas como motivos para ingressar no trabalho do sexo.

A idade mais comum em que as pessoas começaram a exercer trabalho do sexo foi os 18 anos, o que reflecte a maioridade legal. A idade de início variou entre os 8 anos – o que indica casos de exploração sexual infantil – e os 41 anos. As razões mais comuns para iniciar o trabalho do sexo foram a necessidade de dinheiro (90%), a procura de uma vida melhor (77%) e o facto de terem sido forçados pelas circunstâncias (72%). Outras razões apresentadas incluíram gostar do trabalho (67%), estar desempregado e precisar de trabalho (66%) ou gostar da liberdade que este proporciona (60%). Uma pequena parte começou a trabalhar no sexo para financiar os estudos (28%), porque foi abandonada pela família (23%), porque as drogas tiveram um papel importante (21%) ou porque foi forçada a entrar no trabalho do sexo (12%). Quarenta e quatro por cento trabalhavam com um chulo.

Os profissionais do sexo nesta investigação trabalham, em média, em quatro locais diferentes. A maioria trabalha na rua (64%), em hospedarias (57%) e em bares (55%). Outros locais incluem discotecas (38%), paragens para camiões (31%), bordéis (15%), mercados (16%) e cassinos (11%). Para quem trabalha online, há mais oportunidades de escolher clientes e de ser mais discreto em relação ao trabalho do sexo. As plataformas online mais utilizadas são o Facebook, o Badoo, o Grindr e o WhatsApp. O contacto ocorre através de perfis que, embora nem sempre mencionem explicitamente o trabalho do sexo, contêm fotos e publicações sugestivas e provocantes que atraem potenciais clientes.

Os profissionais do sexo atendem os seus clientes por telefone (84%) e online (71%). A maioria presta serviços de sexo oral aos clientes (74%), sexo anal (70%) e masturbação manual (49%). Cinquenta e sete por cento prestam sexo vaginal, 32%, sexo por vídeo, 27%, companhia directa e

14%, serviços de striptease.

Nesta amostra, 11% são seropositivos e revelaram o seu estado serológico, embora se presuma que esta percentagem seja superior, uma vez que 17% desconhecem o seu estado serológico e 21% não desejam revelá-lo. Entre os seropositivos, 71% recebem tratamento regular. Mais de um terço dos profissionais do sexo nesta amostra de estudo tinham outras fontes de rendimento: trabalham num bar (8%), vendem roupa (7%), têm uma banca de comida ou bebidas ou trabalham no mercado (3%), trabalham como pessoal de limpeza (2%), como empregadas domésticas (1%) ou babás (0,2%), ou num escritório (1%). Dezoito por cento indicaram uma ampla variedade de outras profissões, incluindo cozinheiro, cabeleireiro, esteticista e vendedor.

## 2. Contexto Nacional

### 2.1 Quadro legal

Em Angola, não existem disposições legais que criminalizem directamente o trabalho do sexo, seja na venda ou na compra de serviços sexuais. Ou seja, nem os profissionais do sexo nem os seus clientes cometem crime ao envolverem-se nessa actividade. No entanto, existem algumas disposições legais que, dependendo da interpretação, poderiam ser utilizadas para justificar a criminalização ou ter um impacto negativo sobre os profissionais do sexo. Na prática, estas pessoas carecem de protecção legal no exercício da sua profissão. O trabalho do sexo não é considerado trabalho em Angola (AIA, ADM & ATSA, 2024).

O novo Código Penal, em vigor desde 2021, eliminou algumas disposições que puniam o trabalho do sexo, como uma cláusula que poderia classificar o trabalho do sexo como situação de perigo, pelo facto de as «prostitutas» poderem causar escândalo público ou desrespeitar a polícia (PNUD, 2020). O actual Código Penal não criminaliza o trabalho do sexo, mas também não o legaliza. Alguns aspetos relacionados com o trabalho do sexo, como a promoção, a facilitação ou o lucro com a prática do trabalho do sexo, constituem crimes. Em teoria, um chulo poderá estar a cometer este crime, mas, na prática, não existe um entendimento legal claro sobre se qualquer acto por parte de terceiros pode ser classificado como actividade criminosa, para além da dificuldade de provar tal facto (USAID & UNDP/LINKAGES, 2019).

Algumas disposições do Código Civil podem sugerir que a venda de serviços sexuais é ilegal, uma vez que a liberdade contratual é limitada pela lei, pela ordem pública ou pela moralidade. Esta interpretação está em conflito com os princípios da igualdade, da não discriminação, da autonomia, da liberdade, da segurança e da privacidade consagrados na Constituição da República de Angola. Em teoria, as pessoas têm controlo e poder sobre os seus próprios corpos e podem decidir com quem têm relações sexuais consensuais, independentemente da vontade do Estado ou de terceiros (PNUD, 2020).

#### **Quadros legais relacionados com o VIH que afectam os profissionais do sexo**

A criminalização da transmissão do VIH, prevista no Código Penal, pode afectar negativamente os profissionais do sexo. Como já foi referido, as experiências de estigma e discriminação são comuns na vida destas pessoas. A criminalização da transmissão pode reforçar essas experiências e funcionar como um desincentivo à realização de testes de VIH, impedindo-as de conhecer o seu estado serológico. Existem relatos de detenções ilegais de profissionais do sexo com base nesta disposição, sendo alguns sujeitos a testes obrigatórios de VIH (PNUD, 2021; AIA, ADM & ATSA, 2024).

A Lei n.º 8/04 sobre o VIH/SIDA (2004) contém uma omissão importante no que diz respeito ao trabalho do sexo e aos profissionais do sexo, bem como aos grupos LGBTQI+. Sabe-se que estes grupos são mais vulneráveis à infeção pelo VIH, no entanto, a Lei não faz referência explícita a eles (PNUD, 2021).

#### **Direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexuais e queer**

Embora Angola não tenha leis que punam explicitamente a homossexualidade ou expressões de género não hegemónicas, também carece de leis específicas que protejam as pessoas LGBTQI+, incluindo muitos profissionais do sexo. As leis que potencialmente protegem os direitos dos grupos LGBTQI+ em Angola carecem de aplicação prática (PNUD, 2021).

O novo Código Penal eliminou a criminalização da homossexualidade e penaliza a discriminação, incluindo a discriminação com base na orientação sexual, mas não existem directrizes sobre como aplicar esta disposição (PNUD, 2020; PNUD, 2021). Não existe qualquer apoio legal para que as pessoas LGBTQI+ constituam família, nem na Constituição angolana nem no Código da Família (1998), pelo que estas pessoas não têm acesso aos direitos relacionados com o casamento e a família. De acordo com o Código do Registo Civil, as pessoas transgénero, em particular, não podem alterar os seus nomes de forma a corresponder à sua identidade de género, o que cria obstáculos ao reconhecimento da sua identidade.

## 2.2 Violência contra profissionais do sexo em Angola

A experiência de violência está muito presente na vida dos profissionais do sexo. De acordo com o último Inquérito Integrado Biológico e Comportamental (IBBS) (2025), nos últimos 12 meses, 38% das mulheres profissionais do sexo relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência, sendo que 18% sofreram agressões por parte da polícia. Além disso, 36% relataram ter sido vítimas de violência sexual.

Embora não existam informações específicas sobre pessoas transgénero e homens profissionais do sexo, os dados sobre a violência contra homens que fazem sexo com homens e mulheres transgénero dão uma ideia do contexto de violência que estes grupos enfrentam quando se dedicam ao trabalho do sexo. Mais de um terço (35%) dos homens que fazem sexo com homens e mais de metade (52%) das mulheres transgénero relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência. Entre estes, 33% dos homens que fazem sexo com homens e 49% das mulheres transgénero relataram ter sofrido violência sexual. Um quarto (25%) dos homens que fazem sexo com homens e 31% das mulheres transgénero indicaram especificamente ter sido vítimas de agressões por parte da polícia.

A intervenção policial constitui um desafio no que diz respeito à violência, especialmente contra profissionais do sexo (AIA, ADM & ATSA, 2024). As profissionais do sexo em Luanda relataram prisões, detenções, violência sexual e violência económica por parte da polícia. De acordo com dados do IBBS (2025), 17% das profissionais do sexo relataram ter passado pelo menos uma noite na prisão nos últimos 12 meses. Quando estas violações são denunciadas à polícia, não são levadas a sério e os crimes nem sempre são registados. Existe uma clara falta de confiança na relação entre os profissionais do sexo e a polícia (PNUD, 2020).

### 2.2.1 Estigma e discriminação no acesso aos cuidados de saúde em Angola

O estigma e a discriminação são situações frequentemente vividas por profissionais do sexo e continuam a constituir barreiras significativas ao acesso aos serviços de saúde, conforme indicado pelo último IBBS em Angola (2025). Um quinto (21%) das profissionais do sexo em Luanda evitou procurar cuidados de saúde por receio de discriminação, enquanto 61% referiram ter sido vítimas de estigma e discriminação.

Dados de outro estudo indicam que 47% dos profissionais do sexo e 46% dos homens que fazem sexo com homens relataram evitar o teste de VIH por receio das reações das pessoas caso o resultado fosse positivo (GNP+, 2022). Isto confirma que o estigma e a discriminação, praticados não só pelos profissionais de saúde, mas também pela população em geral, continuam a dissuadir as profissionais do sexo de realizar o teste de VIH.

Os profissionais do sexo e outros grupos de população-chave também referem a baixa qualidade dos serviços que lhes são oferecidos, nomeadamente a violação da confidencialidade, exceto quando são atendidos por pontos focais de VIH (PNUD, 2020). Este facto, somado a outras barreiras, significa que a maioria dos profissionais do sexo e de outros grupos de população-chave desconhece o seu estado serológico e, consequentemente, não está a receber tratamento para o VIH. De acordo com o IBBS, aproximadamente 55% das profissionais do sexo não conheciam o seu estado serológico. Deduz-se que estes números também sejam elevados entre os homens que fazem sexo com homens e as mulheres transgénero profissionais do sexo, dado que 54% dos homens que fazem sexo com homens e 56% das mulheres transgénero não conheciam o seu estado serológico (IBBS, 2025).

A existência deste estigma no acesso aos cuidados de saúde contradiz os direitos à saúde consagrados nos quadros jurídico-legais angolanos, tais como a Lei Básica do Sistema Nacional de Saúde (1992), que garante o acesso não discriminatório aos serviços de saúde a todos os cidadãos angolanos e estrangeiros no país, em conformidade com a Constituição angolana (PNUD, 2021).

## 2.3 Prevalência do VIH entre profissionais do sexo em Angola

O Plano Estratégico Nacional de Angola para a Resposta ao VIH/SIDA, Hepatite Viral e Outras Infecções de Transmissão Sexual (PEN VII, 2024-2028), elaborado pela Comissão Nacional de Combate à SIDA e às Principais Doenças Endémicas, reconhece as profissionais do sexo, homens que fazem sexo com homens e mulheres transgénero como populações-chave a serem priorizadas na resposta nacional ao VIH/SIDA. O plano menciona também o elevado grau de estigma, discriminação e violência sofridos por estes grupos, bem como as limitações na

protecção dos seus direitos. Para além das mulheres cisgénero, o plano estratégico não faz qualquer menção a outros grupos de profissionais do sexo.

Grande parte da informação estatística disponível sobre os profissionais do sexo em Angola provém de estudos e investigações realizados no âmbito de projectos sobre o VIH, mas estes não fornecem informação detalhada sobre homens e mulheres transgénero envolvidos no trabalho do sexo.

O IBBS mais recente (2025), que incluiu populações-chave, contou com a participação de 1.249 mulheres profissionais do sexo, 1.025 homens que fazem sexo com homens e 359 mulheres transgénero nas províncias de Luanda, Benguela, Bié e Cuanza Sul. As estimativas indicam que 26.000 mulheres profissionais do sexo, 22.000 homens que fazem sexo com homens e 3.640 mulheres transgénero residem em Luanda. A prevalência do VIH foi estimada em 7% entre as profissionais do sexo, 12% entre os homens que fazem sexo com homens e 34% entre as mulheres transgénero, valores todos superiores à prevalência na população geral, que é de 2% (IIMS, 2015-2016).

O mesmo estudo indicou também um envolvimento significativo de homens que fazem sexo com homens e mulheres transgénero no trabalho do sexo: 45% dos homens que fazem sexo com homens e metade (50%) das mulheres transgénero identificaram-se como profissionais do sexo. Além disso, 45% dos homens que fazem sexo com homens e 81% das mulheres transgénero indicaram ter recebido dinheiro em troca de sexo nos últimos seis meses. Mais de um quarto (27%) dos homens que fazem sexo com homens e 41% das mulheres transgénero afirmaram ter pago a outros homens por sexo durante o mesmo período.

### 3. Resultados da investigação

## Violência contra profissionais do sexo

Os resultados revelam que a violência sofrida pelos profissionais do sexo é generalizada, embora afecte diferentes grupos de formas distintas. Os tipos de violência incluem violência física, económica, sexual ou emocional, ocorrem frequentemente em simultâneo. A violência ocorre num contexto de estigma, no qual os profissionais do sexo são discriminados por múltiplos actores e têm dificuldade em aceder aos serviços a que têm direito.

**Os dados quantitativos indicam que 90% dos profissionais do sexo sofreram pelo menos uma forma de violência nos últimos 12 meses.**

As mulheres profissionais do sexo relataram a prevalência mais elevada (99%), seguidas pelas mulheres transgénero profissionais do sexo com 94% e pelos homens profissionais do sexo com 73%.

A violência física é o tipo de violência mais comum, 93% das mulheres profissionais do sexo, 67% das mulheres transgénero profissionais do sexo e 44% dos homens profissionais do sexo relatam ter sofrido sob a forma de espancamentos e agressões com objectos, entre outros. As taxas de violência económica relacionada com a apropriação de rendimentos também são elevadas: 87% para

as mulheres profissionais do sexo, 66% para as mulheres transgénero profissionais do sexo e 33% para os homens profissionais do sexo. A frequência da violência sexual, ser forçado a ter relações sexuais sem consentimento, também foi mais elevada entre as mulheres profissionais do sexo (85%) do que entre as mulheres transgénero profissionais do sexo (61%) e os homens profissionais do sexo (44%).

A violência emocional, presente em todos os outros tipos de violência, inclui insultos, humilhação, chantagem e discriminação por parte das instituições. 82% dos profissionais do sexo relataram pelo menos um episódio de violência emocional nos últimos 12 meses; 79% foram alvo de insultos; 48% relataram ter sido vítimas de chantagem; 48% sentiram-se discriminados ao procurar ajuda da polícia; e 31% sentiram-se discriminados ao recorrer a cuidados de saúde.

Os principais autores da violência são os clientes e a polícia, conforme demonstrado na tabela abaixo. Mais de metade (55%) dos profissionais do sexo sofreram violência física, 56% violência sexual e 59% violência económica nas mãos de clientes nos últimos 12 meses. Da mesma forma, mais de metade (51%) dos profissionais do sexo sofreram violência física, 43% violência sexual e 46% violência económica nas mãos da polícia.

#### Tipo de violência praticada por agressores contra profissionais do sexo nos últimos 12 meses

|                         |  Cliente |  Polícia |  Profissionais de Saúde |  Comunidade |  Outros profissionais do sexo |
|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Violência física</b> | 55%                                                                                         | 51%                                                                                         | 7%                                                                                                          | 16%                                                                                              | 35%                                                                                                                |
| <b>Sexual</b>           | 56%                                                                                         | 43%                                                                                         | 4%                                                                                                          | 7%                                                                                               | 16%                                                                                                                |
| <b>Económica</b>        | 59%                                                                                         | 46%                                                                                         | n/a                                                                                                         | n/a                                                                                              | 40%                                                                                                                |
| <b>Emocional</b>        | n/a                                                                                         | 48%                                                                                         | 44%                                                                                                         | 79%                                                                                              | n/a                                                                                                                |

## 3.1 A comunidade



A investigação revela que 19% dos profissionais do sexo indicaram ter sofrido pelo menos um episódio de violência na comunidade nos últimos 12 meses, sendo que 16% sofreram violência física e 8% sofreram violência sexual. Estas situações de violência, cometidas por vizinhos, lojistas, pedestres e outros residentes em áreas onde se exerce trabalho do sexo, assumem frequentemente a forma de insultos, humilhações e agressões físicas.

Mulheres transgéneros profissionais do sexo tendem a ser mais vulneráveis à violência nas comunidades e nos lugares públicos, uma vez que a sua expressão de género as torna mais expostas. A maioria prefere trabalhar à noite para evitar ser estigmatizada na comunidade.

As opiniões moralistas e religiosas sobre o sexo alimentam os estigmas associados ao trabalho do sexo e às pessoas que o exercem. Isto contribui para que o trabalho do sexo seja visto como uma actividade criminosa, apesar de não ser um crime em Angola. Na prática, o trabalho do sexo não é considerado trabalho.

**“Eu vi que a sociedade angolana ou a política angolana dos direitos angolanos humanos não acredita no trabalho que nós fornecemos para a sociedade. Simplesmente eles julgam isso como um trabalho amador e não como um trabalho profissional.”**

Trabalhador do sexo masculino, Província de Luanda

Mulheres profissionais do sexo vivem altos níveis de auto-estigma, o que muitas vezes traduz-se em um sentimento misto ou mesmo aversão ao trabalho do sexo. Este auto-estigma é moldado por normas sociais profundamente enraizadas que retratam as mulheres como sexualmente modestas e orientadas à família, posicionando o trabalho do sexo como um desvio daquilo que é aceite como feminilidade. As expectativas tradicionais sobre os papéis das mulheres contribuem significativamente para reforçar o estigma enfrentado pelas mulheres envolvidas no trabalho do sexo.

**“Eu própria sei que esta não é uma boa vida, isto não é uma boa reputação para nós. És mulher, que homem é que te vai querer a sério?”**

Trabalhadora de sexo, Província de Luanda

### 3.1.1 Família, amigos e parceiros

A violência proveniente do próprio seio familiar também é significativa. Quase um terço (30%) dos profissionais do sexo relataram ter sofrido violência por parte de familiares nos últimos 12 meses, como violência física e até violação sexual, e 29% sofreram violência por parte do seu parceiro íntimo. Poucos revelam a sua profissão à família para evitar violência, abandono e expulsão da família. Uma profissional do sexo diz ao marido que vai sair para vender coisas na rua (uma ocupação comum em Angola), quando na verdade está no foco, onde os profissionais do sexo trabalham regularmente, todos os dias.

**“Se a minha família descobrir, não sei onde vou parar.”**

Trabalhadora de sexo, Província de Luanda

Muitos trabalhadores sexuais masculinos e mulheres transgénero profissionais do sexo relataram que a família não é um lugar seguro para eles. Devido à sua orientação sexual e identidade de género, sofreram violência física e emocional desde a infância, o que resultou em expulsões e abandono por parte da família. Foram estas situações de negligência familiar que levaram muitos a entrar no trabalho do sexo. Mesmo depois de terem sido expulsos de casa, alguns trabalhadores sexuais masculinos e mulheres transgénero profissionais do sexo sustentam as suas famílias com o dinheiro ganho com o trabalho do sexo, sem que as suas famílias tenham conhecimento disso.

**“Vou chegar em casa, ‘mamã, consegui isso, tá aqui’. Ela vai querer perguntar: ‘de onde é que é?’ Vou falar: ‘mamã, há certas coisas que não é necessário te falar’.”**

Trabalhador do sexo masculino, Província de Luanda

“Recentemente, em 2023, assumi-me como mulher trans. Não tem sido fácil, mas o lado positivo é que estou bem comigo mesma. Basicamente, o que isto tudo significa é que estou bem, não tenho a consciência pesada por dizer a verdade [sobre quem sou]. Mas, infelizmente, com o tempo, perdi muitas relações [familiares e amigos]. Simplesmente porque já não identificam-se com a minha identidade de género, mas a vida é minha, certo? E não posso ser uma mentira para as pessoas, não posso viver na mentira. Aqui em Angola, naquela época [quando era criança], se fosses uma pessoa LGBT, as pessoas podiam gozar contigo e até bater-te, eu também passei por isso muitas vezes. Os meus pais diziam: ‘Oh, comporta-te como um homem, fala como um homem, para de brincar com mulheres, o que achas que mereces, o que mereces? Beijos ou abraços depois de brincaremos como uma mulher o dia todo?’ Eles já não têm qualquer ligação comigo; já não se importam comigo. Tive de me afastar deles. A minha mãe olhou para mim uma vez quando eu «saí do armário», disse que estava enojada, e ainda hoje olho para isso e digo: tentei ser a melhor pessoa para a minha mãe, mas ela não conseguiu ver isso, por isso não posso mudar o facto de ela achar que sou nojenta, então preferi dar-lhe espaço. Prefiro deixar isso para trás.”

Trabalhadora do sexo transgénero, Província de Luanda

Apesar das situações de violência doméstica, os profissionais do sexo também apontam a família – no caso, maridos, mães, irmãos e tios – como uma importante fonte de apoio emocional. Mesmo que esse apoio seja limitado, porque não partilham situações que ocorrem no trabalho do sexo, tais como a violência. Para as pessoas que exercem o trabalho do sexo de sexo masculinos e as mulheres transgénero em particular, o apoio familiar é um meio de protecção contra o estigma social que sofrem nas suas comunidades devido à sua identidade de género e orientação sexual. O apoio familiar é fundamental para o seu empoderamento.

“Quando olho para a minha mãe, agradeço tanto por ela ter me aceiteado. E tudo que vier de fora já não abala mais, porque primeiramente a mãe que me teve, aceitou, respeita a minha opção sexual. Então não tem como algo de fora me chocar muito.”

Trabalhadora de sexo transgénero, Província de Luanda

### 3.1.2 Outros profissionais do sexo

As relações entre os profissionais do sexo e seus colegas são caracterizadas por contradições.

Embora possam cometer actos de violência uns contra os outros, é entre os colegas que encontram o seu principal apoio. Frequentemente, as rivalidades entre os profissionais do sexo podem resultar em situações de violência física ou emocional, a ponto de mais de um terço (38%) deles terem relatado ter sofrido violência por parte de colegas. As rivalidades e disputas por clientes e territórios são muito comuns. Para as profissionais do sexo, a chegada de novas profissionais à área é frequentemente motivo de tensão. Isto pode significar a perda de clientes, ou mesmo ter de abandonar a área ou ser expulsa pelos chulos.

“Causamos inveja umas às outras. Há outras que não gostam que sejas procurada com mais frequência, por vezes lutamos entre nós.”

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

Embora reconheçam a existência de violência entre eles, os profissionais do sexo também expressaram sentimentos de tristeza pela desunião dentro da comunidade e ressaltaram a importância de se manterem unidos. Como o trabalho do sexo é frequentemente mantido em segredo da família e da comunidade, muitos

profissionais do sexo relatam confiar apenas em colegas para lidar com a violência no local de trabalho. Os colegas são uma importante fonte de apoio emocional e financeiro, partilhando preservativos, comida e dinheiro para transporte. Muitas vezes são as únicas pessoas com quem podem contar.

**“E o que acontece lá no foco não dá pra explicar em qualquer pessoa. Só tem que ser pessoa também do foco. Porque as pessoas que vais explicar, vão discriminar, mas a colega do foco já não, porque ela faz a mesma vida que a tua. Não dá pra explicar na família. Não dá pra explicar no vizinho. Só tem que ser mesmo pessoa do foco.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“Houve uma ocasião que eu passei por algo em casa e simplesmente eu decidi sair de casa. E foi ele [colega trabalhador de sexo] quem me acolheu, inclusive quando eu expliquei para ele o que aconteceu, eu estava a chorar e simplesmente esse amigo deu um abraço para mim e começou a chorar comigo e, tipo, aquilo foi muito emocionante. Houve um momento que eu já não estava a chorar simplesmente pelo motivo que aconteceu comigo, mas estava a chorar por saber que eu tinha alguém ali próximo em que eu poderia contar, não apenas nos bons momentos, mas também nos maus momentos, neste caso.”**

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

### 3.2 Clientes



Os clientes são os principais autores de violência contra profissionais do sexo em todos os tipos de violência. Muitos profissionais do sexo relatam que o facto de não saberem com

quem estão a negociar coloca-os numa situação de vulnerabilidade. Podem ocorrer simultaneamente diferentes tipos de violência. Situações de violência económica podem gerar violência física. Os clientes podem recorrer à violência física quando os profissionais do sexo não cumprem o que lhes exigem. Muitas vezes, os profissionais do sexo respondem a essas agressões com violência, e a situação tende a agravar-se. O facto de haver frequentemente impunidade no que diz respeito à violência contra profissionais do sexo alimenta ainda mais o comportamento violento por parte dos clientes.

**“Só que quando a pessoa vai na rua, tem que ter sorte. Porque muitas das vezes saímos com homens que são mesmo bandidos. Vais fazer sexo com ele, ele vai arrebentar o preservativo. Às vezes ele quer ficar em cima de ti uma hora, duas horas. A quantidade de dinheiro que ele deu é pouco. Vai te bater, vai te espancar. É isso.”**

Trabalhadora de sexo, Província de Luanda

#### Violência física

Mais de metade (55%) dos profissionais do sexo sofreram violência física por parte de clientes, sob a forma de empurrões, pontapés, cortes, bofetadas e queimaduras. Foi relatado o caso de uma trabalhadores/as do sexo que desapareceu, nunca mais foi encontrada depois de ter saído com um cliente. Mesmo depois de as suas colegas terem confrontado o cliente e terem denunciado o caso à polícia, nada foi feito.

**“Me deram esse bico [chute], que me deram no cliente. Eu fui com ele na casa dele para nós combinarmos algo. Ele não quis fazer o que nós combinamos. Ele começou a fazer a violência comigo, eu também comecei a me defender.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“A primeira violência que passou comigo, eu estive com alguém que na altura, se posso dizer, é um cliente fixo. Bom, nós estávamos juntos e depois ele do nada surtou, mudou de comportamento. A princípio ficou só a xingar e eu achei que era tudo com base a tesão, mas depois mudou o quadro e ficou super agressivo. Chegou sim a espancar, fez uns ferimentos.”**

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

#### Violência económica

A violência económica é o tipo de violência mais frequentemente relatado, praticado pelos clientes: 59 % dos profissionais do sexo já sofreram este tipo de violência. As negociações e o pagamento são frequentemente motivo de tensão. O abuso ocorre quando os clientes recusam-se a pagar ou pagam menos do que o acordado, ou ainda exigem outros serviços sem concordarem em alterar o preço. Existem também situações em que os clientes roubam o que pagaram. Alguns profissionais do sexo reconhecem que eles próprios também roubam os pertences dos clientes. Reconhecem que esta prática coloca-os em maior risco de serem vítimas de violência por parte dos clientes e que afecta a procura pelos seus serviços.

**“E também por parte de alguns clientes que vêm da sua casa com maldade mesmo, só vai vir aí, não tem dinheiro, vai lhe cobrar X, vai te levar, vais fazer o teu trabalho, quando acabar de fazer, não vai te pagar o dinheiro certo aí vai começar uma confusão que vai entrar em violência.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

#### Violência sexual

Mais de metade (56%) dos profissionais do sexo sofreram violência sexual nas mãos de clientes, frequentemente envolvendo practicas sexuais forçadas que não foram acordadas, ter relações sexuais sem preservativo e ter relações sexuais com outros clientes sem consentimento prévio. Em alguns casos, as profissionais do sexo

relatam gravidezes indesejadas como resultado de violência sexual por parte de clientes, chulos ou polícias.

**“Então, como é mais, aceitei. Quando chegamos lá [na casa do cliente], a conversa não foi de acordo. Ele pediu alguns dos outros amigos para poderem ficar comigo, mas sem me pagar. Aí aconteceu que eu fui violentada por eles e, na hora da saída, ele disse que poderia queixar à polícia, mas a polícia não poderia me dar ouvido, porque a vida que eu levo, não tem ninguém que poderia responder por mim. Ele me deu um soco, me arrebitou os lábios e aí saí.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

#### Violência emocional

Muitas pessoas que trabalham na indústria do sexo relatam ter sido insultadas por clientes por serem trabalhadores sexuais. Relatam casos de humilhação e comportamentos ameaçadores. As mulheres transgénero que exercem o trabalho do sexo enfrentam uma situação específica nas suas relações com os clientes que lhes causa desconforto emocional, uma vez que muitas vezes têm de revelar aos clientes que não são mulheres cisgénero. Por vezes, os clientes procuram-nas já sabendo que são mulheres transgénero; noutras circunstâncias, não se apercebem disso. Algumas preferem evitar clientes neste tipo de situação para evitar o embaraço da revelação de que são trans. Outras revelam-se como trans; em alguns casos, o cliente aceita-o, noutros pode levar à violência.

**“Essa parte de dizer aos homens é a parte muito mais difícil para uma mulher trans trabalhadora de sexo. Porque nós não esperamos a reação do homem, qual vai ser. Até na maioria das vezes, é preferível a mulher trans estar embriagada para conseguir falar. Porque não é fácil dizer, 'olha, eu sou uma mulher trans'.”**

Trabalhadora do sexo transgénero, Província de Luanda

“ Para ser sincera, a minha primeira experiência foi muito traumática. Durou três meses e ele era um homem branco. A minha perspetiva é que ele era racista porque só queria usar o meu corpo como se fosse um objecto. Combinávamos de nos encontrar num lugar, e ele ia no carro dele, mandava-me entrar e dizia, antes de eu fazer qualquer coisa: ‘pega nesta toalha’, referindo-se a uma toalha húmida, e mandava-me limpar o corpo, limpar os genitais, antes de ele fazer sexo oral ou outra coisa qualquer. E eu olhava para ele e pensava: ‘será que estou suja para ele me estar a limpar assim?’ Naquela época, o que ele pagava-me era simplesmente 17 000 kwanzas. Senti-me traumatizada. Lembro-me que no primeiro dia em que tive contacto sexual com este tipo em 2020, o português, cheguei a casa e chorei. Chorei imenso. Nem sabia se estava limpa, se estava suja, não sabia. Parecia que ele tinha nojo do meu corpo, porque estava sempre a dizer-me para limpar-me. Eu detestava aquilo. Antes de sair, tomava banho da cabeça aos pés, até passava perfume por todo o corpo, para estar limpa. Mas ele chegava e dizia: ‘Limpa o teu corpo.’ ”

Trabalhadora do sexo transgénero, província de Luanda

#### Relações positivas com os clientes

Alguns profissionais do sexo relataram experiências positivas com os clientes. Muitas vezes, os clientes procuram conforto nos braços dos profissionais do sexo, nem sempre é sexo o que procuram. Além do sexo, os profissionais do sexo oferecem serviços de apoio emocional. Muitas participantes realçaram a importância de causar uma boa impressão nos clientes para que estes voltem a procurá-las. Há situações em que os clientes prestaram apoio financeiro para pagar as propinas escolares de uma filha ou despesas hospitalares. Os clientes habituais são mais suscetíveis de prestar assistência financeira.

“ Apareceu um cliente que já é meu cliente, me pediu para fazer o trabalho para ele. Eu lhe expliquei ‘eu não posso’. Ele me perguntou se ‘já foste ao hospital?’. Eu expliquei para ele que não. Provavelmente foi Deus que me enviou, porque foi ele [cliente] que me ajudou financeiramente, me levou no hospital, fizemos todos os tratamentos. E aí ele pagou tudo, toda a minha despesa do hospital, me levou para casa e me deu alguns valores para cuidar em casa. ”

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

“ Nem todos os clientes que saem para a rua, muitas das vezes, já estão a passar por certas situações com as suas mulheres em casa e às vezes só procuram alguém para lhe ouvir e nada melhor que nós, trabalhadoras de sexo. Muitas das vezes o que faz os clientes nos procurarem é saber lidar com eles. E nessas situações é bom, porque eles sabem, ‘não, eu não encontro diálogo com a minha mulher, mas na rua tem alguém com quem eu consigo dialogar e consegue me meter mais calmo’. Isso acontece comigo várias vezes. Tem vários clientes que vão ter comigo, mas é mais para conversar. Às vezes, vamos tomar uma, vamos tomar duas, é mesmo só para conversar. Às vezes, sem sequer me fazer nada, acaba me pagando os valores que eu tive que ficar a fazer pelo tempo que eu fiquei com ele. ”

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

### 3.3 Chulos



Muitas mulheres profissionais do sexo relataram violência cometida por chulos, ou os chamados «plaqueiros». Relataram experiências de violência económica por parte dos chulos, geralmente nos locais onde trabalham. Esses chulos são homens, como seguranças ou lavadores de carros, que estão sempre nos locais onde as profissionais do sexo trabalham e exigem uma percentagem do dinheiro ganho, uma espécie de «imposto». Esta relação não é baseada num acordo mútuo. As profissionais do sexo também relatam violência física e sexual, como violação em grupo por parte dos chulos.

**“Tem chulos que amanhecem mesmo conosco para poder controlar nossa movimentação durante a noite, se tens dinheiro. E tem uns que te recebem mesmo o teu dinheiro, não vai te deixar nada, vai embora na vida dele, vais ficar no sofrimento de novo. Então, o que nós podemos é unir-se, dar-se com eles, pagar uma gasosa, uma cerveja, ali já não vai se meter contigo.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“O chulo que me cortou os dedos com o fogareiro estava lá e me fez ameaças. Eu tive que sair dali e pedir dinheiro do táxi em um dos seguranças para eu voltar para casa.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“Os plaqueiros já viviam lá. Me levaram, eram média de cinco ou seis. Me violentaram mesmo aí. Quem me encontrou foi uma senhora, me levou lá na esquadra. Na esquadra, estou a explicar, não estão a me dar ouvido. O polícia a me bicar [chutar]. Foi moços mesmo que paravam na Mutamba. Até engravidei de uma filha que eu tenho, agora tem 12 anos. Ela não vive comigo, vive com a minha tia em Viana. Dói muito. Aí vejo quando eu olho sempre a minha filha. Eu até antes sentia a raiva da minha filha. Mas depois quando eu comecei a participar, me arranjam psicólogo. Hoje estou aqui na normalidade.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

### 3.4 A polícia



A polícia é um actor importante na vida dos profissionais do sexo. Eles deveriam agir como agentes de protecção, como afirmou uma trabalhadores/as do sexo: «A polícia está lá para proteger e ajudar em caso de emergência», mas essa não é a experiência dos profissionais do sexo. A acção policial contribui directamente para a violência contra os profissionais do sexo. A relação com a polícia é conflituosa. Opiniões moralistas sobre o trabalho do sexo levam a polícia a não reconhecer que os profissionais do sexo têm direitos, mas sim que são suscetíveis a todo o tipo de abusos e violência.

O desequilíbrio do poder nesta relação motiva os agentes da polícia a deter os profissionais do sexo na rua, apesar de o trabalho do sexo não ser um crime segundo a lei angolana.

#### 3.4.1 Violência

As taxas de violência policial são elevadas. Mais de metade (54%) dos profissionais do sexo relataram ter sofrido violência policial nos últimos 12 meses. As mulheres profissionais do sexo são as mais afectadas (95%), seguidas pelas mulheres transgénero profissionais do sexo (88%), enquanto os homens profissionais do sexo apresentam níveis mais baixos, embora ainda elevados (80%). Os dados deste estudo mostram que os locais onde as mulheres e as mulheres

transgénero profissionais do sexo exercem a sua actividade, como as ruas, os bares e paragem de camiões, estão associados a um maior risco de intervenção policial, o que poderá ajudar a explicar estes resultados.

As formas mais comuns de violência reportadas são a violência física, incluindo espancamentos, pontapés, empurrões e bofetadas. Mais de metade dos profissionais do sexo (51%) relataram ter sofrido pelo menos um episódio de violência física por parte da polícia nos últimos 12 meses. A violência emocional, manifestada através de insultos, humilhações e linguagem estigmatizante, também é frequente. Muitos profissionais do sexo referem que a polícia não os trata com dignidade nem os reconhece como cidadãos com direitos. Além disso, os homens profissionais do sexo e as mulheres transgénero profissionais do sexo são frequentemente alvo de insultos e discriminação associados à sua orientação sexual e identidade de género, refletindo atitudes de homofobia e transfobia. O assédio moral policial constitui igualmente uma realidade recorrente, contribuindo para um ambiente de vulnerabilidade e insegurança para estas populações.

**“Dizer que é um pouco difícil conviver com a polícia. E temos tido muita confusão com as polícias por ser trabalhadora de sexo em lugares inapropriados, nesse caso na rua, porque muitas das vezes não temos um estabelecimento próprio. Então, fazemos onde der.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“Quando a pessoa sofre uma violência lá no foco, vais meter o caso na polícia, a polícia nem te liga. Te despreza na hora. Até eles têm o nome que eles nos chamam, ‘ratazana’. Ninguém aprova a prostituição. Somos mais discriminadas do que outra coisa.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

As situações de violência económica também são frequentes. Quase metade (46%) dos profissionais do sexo relataram ter sofrido violência económica, incluindo o roubo de rendimentos e a detenção prolongada em esquadras de polícia. Não é incomum que agentes da polícia abordem profissionais do sexo e exijam o dinheiro obtido através da sua actividade em troca de evitarem a detenção. A violência sexual por parte da polícia foi reportada por todos os grupos entrevistados, com 43% dos inquiridos a afirmarem ter sido forçados por agentes policiais a manter relações sexuais. Além disso, 44% referiram ter mantido relações sexuais com agentes da polícia para evitar a detenção. Muitas mulheres profissionais do sexo relataram ter sido vítimas de violação por agentes policiais após serem levadas para esquadras. Algumas mulheres transgénero e homens profissionais do sexo também descreveram situações em que acabaram por manter relações sexuais com agentes da polícia para evitar agressões ou outras formas de violência. Embora estes participantes nem sempre interpretassem essas experiências como violência sexual, os relatos sugerem a existência de relações marcadas por coerção e abuso de poder.

**“Era numa festa, o cliente queria ir para a hospedaria, eu falei”: ‘não, na hospedaria aumenta muito os valores, aí tem uma mata, vamos entrar e vamos fazer sexo aí’. Ele aceitou, como estava com muita vontade mesmo, fizemos sexo. Só que depois a polícia chega. É sabido que fazer sexo na rua é crime. O jovem que estava a fazer sexo comigo, fugiu. O polícia me agarrou, me trouxe logo na patrulha. Tinha um polícia que estava a conduzir e dois que me agarraram. Eu estava atrás com eles. Um homem me perguntava: ‘você é assim mesmo, vos dá?’ Eu não conseguia responder. Outro começou a me dar chapada. Comecei a responder. O outro começou a tentar, tipo seduzir. Uma vez que eu estava dependendo deles pra voltar, ser solto, né? E aí eu peguei e aceitei. E aí nos penetramos. Uma vez só, os dois. E aí me deixaram, me fizeram descer o carro, me falaram: ‘vai pra casa’.”**

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

“Eles saem, te encontram na rua. Eles sabem que és trabalhadora de sexo. Já te conhecem, vão te recolher, vão te pôr no carro. Vão te levar, vão girar contigo. Se tiveres um mil kwanzas e encontrar um polícia bom, vai te largar. Mas se não encontrar um bom, vai te levar até na esquadra. Na esquadra, vai depois fazer o sexo contigo, ele vai te deixar ir embora. Mas outros não. Vais dormir lá, vais acordar de manhã, vais varrer. De manhã, vão te deixar. Eu, já me agarraram uma vez, fiz três dias na esquadra. Eu tinha bebê que estava amamentar. Fiz três dias na esquadra.”

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

da discriminação (81%), violência física (79%), ameaças (78%), violência económica (74%) e violência sexual (64%). É importante salientar que estas formas de violência tendem a ocorrer de forma cumulativa e sobreposta.

“Teve uma vez também que eu fiz programa num bar, que normalmente as pessoas já sabiam que ali, as pessoas vão lá para procurar sexo e diversão e tudo mais. Então eles me pegaram, me prenderam, fiquei, acho que umas duas ou três horas detido, mas com agressão verbal. Aí eles ficaram a xingar, a falar um monte de coisas.”

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

### 3.4.2. Detenção

Como a polícia remove regularmente das ruas os profissionais do sexo, as detenções e as ameaças de detenção são frequentes. A maioria destas detenções é arbitrária e ocorre, geralmente, durante operações de patrulhamento policial (44%). Cerca de 42% dos profissionais do sexo relataram ter sido detidas sob acusações de vadiagem ou perturbação da ordem pública. Outros motivos frequentemente apontados para a detenção incluem o simples facto de exercerem trabalho do sexo (43%), abordar potenciais clientes em locais públicos (40%), alegações de roubo a clientes (28%), falta de bilhete de identidade ou passaporte (21%) e posse de preservativos (18%).

Nos últimos 12 meses, mais de metade dos profissionais do sexo (55%) foram detidos, em média, quatro vezes. A duração média das detenções foi de três dias. Entre as pessoas detidas, 92% relataram ter sofrido violência durante o período de detenção, muitas vezes sob múltiplas formas simultaneamente.

Os profissionais do sexo referiram ter sido sujeitos a humilhações e maus-tratos. Muitas mulheres e mulheres transgénero profissionais do sexo relataram ainda ter sido obrigadas a realizar tarefas de limpeza nas esquadras de polícia. O abuso verbal foi a forma de violência mais frequentemente reportada (83%), seguido

“Foi no tempo do Corona. Nós pensamos que é um carro civil que está parado. Afinal de contas é carro do comandante. Está a nos ver o que nós estamos a fazer no segurança. Não demorou. Mandou chamar os homens dele. Vieram com o carro da patrulha. Mandou nos cercar. Nos levaram, ficamos lá quase três dias. Mas é porrada que as minhas amigas apanharam. O próprio comandante que estava a bater minhas colegas. Eles não me bateram porque eu falei no comandante: ‘Senhor comandante, se o senhor me bater, eu acho que eu vou morrer, porque eu estou com uma operação que vai comigo há dois meses’. Pegou, me deu uns porretes na mão. Mas as minhas amigas sofreram mesmo com a porrada do comandante. Até os próprios polícias falavam mesmo, ‘ele é o comandante, ele é que manda’. Ficamos lá três dias.”

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“No local onde a gente para, tem esquadras próximas, então nos davam corrida, nos prendiam e nos soltavam no dia seguinte. Vamos fazer o trabalho da esquadra toda, lavar os pratos.”**

Trabalhadora do sexo transgênero, Província de Luanda

**“Se tem violência? Sim. As corridas que dão, também nos prejudicam. E, de vez em quando, também eles tentam agredir. Nós também insistimos em manter aí, porque onde sai o nosso ganha-pão. E aí, sempre, tem uma complicação entre nós e a polícia.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

### 3.4.3 Recurso à polícia

Este padrão de violência policial contribui para que a maioria dos profissionais do sexo evite recorrer à polícia quando é vítima de agressões. Quando procuram as autoridades, trata-se geralmente de situações pontuais e limitadas, muitas vezes relacionadas com questões alheias ao exercício do trabalho do sexo. Para muitas destas pessoas, o contacto com as forças policiais não representa uma resposta eficaz nem segura à violência sofrida, uma vez que são frequentemente alvo de violações dos seus direitos e de violência sistemática por parte dos próprios agentes da polícia. De um modo geral, os profissionais do sexo encaram a polícia com profunda desconfiança, chegando mesmo a descrever alguns agentes como «criminosos» ou «ignorantes», em resultado das experiências de abuso e discriminação que enfrentam. Neste contexto, a polícia não é reconhecida como uma entidade de protecção, o que compromete seriamente a sua credibilidade junto desta população. Os dados mostram que quase metade (44%) dos profissionais do sexo nunca procurou a polícia após sofrer violência física. Esta proporção aumenta para 57% entre os que sofreram violência sexual e para 61% entre as vítimas de violência económica. Nos casos de violência emocional, os níveis de afastamento em relação à polícia são ainda mais elevados. Cerca de 67% de profissionais do sexo que sofreram discriminação nunca recorreram às autoridades, enquanto mais de 70% não procuraram a polícia após episódios de abuso verbal. Estes resultados

sugerem que a violência emocional tende a ser mais normalizada e menos denunciada entre os profissionais do sexo.

**“A ordem pública angolana mesmo não se faz sentir rigorosamente, desculpa. Quando estão, o policiamento deles nas ruas é muito horrível. Quando encontram uma mana trabalhadora de sexo na rua, para eles somos o bicho de sete cabeças. Isso é errado. O polícia é para proteger, é para ajudar em caso de emergência. Mas se vê uma guerra que está a passar, eles querem fazer piada. ‘Ô panina, quer fazer o quê?’ Por isso me irritam. Eu nunca namoro com polícia. Eu vejo fora do país, há mais respeito às manas trans. A função pública protege a população, não importa quem seja. Mas aqui em Angola mesmo é uma quizaca.”**

Trabalhadora do sexo transgênero, Província de Luanda

**“Se as trabalhadoras sexuais forem à esquadra, a polícia não responde. Pelo contrário, tornam-se mais vulneráveis, por vezes sofrem mais violência, coacção, etc. Por isso, não se pode confiar naqueles que, teoricamente, deveriam estar a defender-nos.”**

Informante-chave, Província de Luanda

Muitos profissionais do sexo relataram ter procurado a polícia para denunciar situações de violência, mas afirmaram que as suas denúncias não foram tratadas com a devida seriedade. Entre as justificações apresentadas pelas autoridades para não intervir estavam a falta de meios para se deslocarem ou combustível ao local da ocorrência ou a exigência de que a própria vítima identificasse e levasse o alegado agressor à esquadra. Em muitos casos, as queixas foram ignoradas ou rejeitadas. Quando os casos avançam para procedimentos formais, os resultados tendem a ser negativos. Cerca de 45% dos profissionais do sexo tentaram apresentar uma queixa formal,

apenas 11% dos casos tiveram seguimento. Entre os restantes, 28% referiram que o processo não avançou, 18% afirmaram que a queixa foi recusada e 37% indicaram não saber o que aconteceu ao caso. Como consequência, a maioria das pessoas que recorreram a este mecanismo manifestou insatisfação com o processo (80%).

**“Eu fui aqui na esquadra, me disseram que tinha que buscar o moço [cliente]. Eu disse, ‘não, eu não posso ir buscar o moço. Mano, chefe, vamos lá comigo’. Ele disse, ‘não, não tem tempo essas coisas’.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

#### 3.4.4 Apoio da polícia e experiências positivas

Apesar do contexto geral de violência, discriminação e desconfiança, uma parte dos profissionais do sexo (42%) referiu ter tido pelo menos uma experiência positiva com a polícia. Uma percentagem significativa indicou que recebeu apoio quando necessário (37%) ou que a polícia interveio em conflitos com clientes (29%).

**“É uma colaboração tão boa conosco, sempre quando há uma briga com clientes, sempre vamos lá dar uma queixa, eles têm sempre nos apoiado, vêm até o local onde aconteceu o acto, então eles dão sempre aquela ajuda. Eles vêm sempre conosco, às vezes nos dão uns conselhos de onde nós podemos chegar, onde nós podemos ficar. E é sempre assim.”**

Trabalhadora do sexo transgénero, Província de Luanda

Quando os agentes da polícia são pessoas conhecidas pelos profissionais do sexo, a probabilidade de obter apoio tende a ser maior. Muitos profissionais do sexo relataram que alguns dos seus clientes são agentes da polícia e que estes prestam auxílio quando necessário em situações de violência perpetrada por clientes ou chulos, a oferta de protecção ou a recuperação de bens e valores alegadamente roubados. Os profissionais do sexo identificam os agentes da polícia entre os seus clientes de diversas

formas. Alguns agentes apresentam-se fardados, enquanto outros revelam directamente a sua profissão. Em certos casos, deixam documentos de identificação ou armas à vista. Mesmo quando não se identificam como agentes da polícia, muitos profissionais do sexo afirmam conseguir reconhecê-los pela forma como falam.

## 3.5 Cuidados de Saúde



### Acesso aos cuidados de saúde

Os profissionais do sexo procuram diferentes tipos de serviços de saúde, mas o acesso a estes serviços continuou a ser desigual nos últimos

12 meses. A maioria procurou serviços de saúde gerais (74%). Mais de metade dos participantes (51%) recorreu a serviços relacionados com infeções sexualmente transmissíveis (ITS) pelo menos uma vez. Quase dois terços (65%) acederam a serviços relacionados com o VIH, enquanto 35% nunca os utilizaram. Apenas 16% procuraram serviços de terapia antirretroviral (TARV), embora este número reduzido possa refletir a não divulgação do estado serológico ou um conhecimento limitado do próprio estado serológico. Além disso, 29% procuraram cuidados de saúde após terem sofrido violência e 21% recorreram a serviços de cuidados pós-violação. Os profissionais do sexo do sexo masculino e as pessoas transgénero profissionais do sexo mostraram menor tendência para procurar serviços relacionados com o VIH, cuidados associados à violência e cuidados pós-violação, em comparação com as profissionais do sexo do sexo feminino. Os homens profissionais do sexo também apresentaram menor tendência para procurar tratamento e aconselhamento relacionados com ITS, quando comparados com os restantes grupos de género.

### Uso de preservativos

Os dados quantitativos revelam que muitos profissionais do sexo não utilizam preservativos de forma consistente. Menos de metade (44%) afirma usar sempre preservativos durante a actividade sexual, enquanto 51% indicam que utilizam apenas ocasionalmente e 5% referem nunca os usar. Apesar desta utilização inconsistente, todos os grupos de profissionais do sexo destacam a importância do uso do preservativo. No entanto, referem dificuldades na negociação da sua utilização, uma vez que os clientes, de um modo geral, preferem manter relações sexuais sem preservativo e, por vezes, chegam a oferecer valores mais elevados por esse motivo. Alguns

profissionais do sexo relataram ainda que podem ser alvo de violência quando recusam ter relações sexuais sem preservativo. Vários entrevistados destacaram também a importância do trabalho desenvolvido pelas organizações comunitárias no acesso a preservativos, considerando que nem sempre conseguem obter a quantidade necessária nas unidades sanitárias, devido à dificuldade em revelar quem são profissionais do sexo.

**“Especialmente há pessoas que te obrigam a fazer sexo sem preservativo. Se não aceitar, vão te espancar, vão embora, não vão te dar nada.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“O trabalho das organizações comunitárias tem sido muito útil para obter preservativos. Podem dar-nos cinco ou seis preservativos. Ajuda muito.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

As unidades sanitárias são frequentemente incapazes de satisfazer a procura de preservativos. Apesar da aquisição regular de preservativos pelo Governo de Angola, com o apoio de doadores internacionais, Informantes-chave deste estudo e relatórios anteriores de instituições governamentais e organizações da sociedade civil indicam que o desvio ilegal de preservativos do sector da saúde pública constitui um problema recorrente. Esta situação, associada aos cortes nos programas internacionais de VIH e às restrições orçamentais do Governo, contribui para a insuficiente disponibilidade de preservativos nos serviços públicos de saúde. Como resultado, muitos profissionais do sexo acabam por suportar os custos da sua aquisição.

**“Nós até compramos os preservativos; já não vamos às unidades sanitárias.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

### **Estigma e discriminação**

O estigma, a discriminação e os abusos nos contextos de prestação de cuidados de saúde constituem barreiras importantes ao acesso e à permanência dos profissionais do sexo nos serviços de saúde, limitando o acesso a cuidados essenciais, apoio pós-violência e serviços de prevenção do VIH. Uma proporção significativa das pessoas entrevistadas relatou experiências negativas ao procurar cuidados de saúde, incluindo situações de humilhação perante outros utentes. Quase um terço (31%) afirmou ter sofrido discriminação ao tentar aceder aos serviços de saúde. A mesma proporção (31%) referiu se sentir julgada por profissionais de saúde, enquanto mais de um terço (37%) relatou ter sido alvo de abuso verbal em unidades sanitárias. Esta informação é confirmada por alguns Informantes-chave que reconhecem a discriminação nas unidades sanitárias devido a preconceitos pessoais de alguns profissionais de saúde em relação ao trabalho do sexo, à orientação sexual e à identidade de género.

**“É uma realidade. As Unidades Sanitárias são pouco acolhedoras. As pessoas são tratadas com desprezo e muita frieza quando alguém se identifica como trabalhadores/as do sexo, um homem que faz sexo com outros homens, ou como uma pessoa trans que nem precisa de se identificar, porque eles [os profissionais de saúde] percebem isso imediatamente.”**

Informante-chave, Província de Luanda

A discriminação não afecta todos os grupos da mesma forma. As mulheres profissionais do sexo relataram estas experiências com maior frequência (36%), seguidas pelas mulheres transgénero profissionais do sexo (34%). Os homens profissionais do sexo registaram níveis mais baixos, embora ainda significativos (18%). Muitos profissionais do sexo optam por não revelar a sua actividade aos profissionais de saúde para evitar situações de discriminação. Como consequência, deixam frequentemente de receber serviços que respondam adequadamente às suas necessidades específicas, incluindo o acesso à quantidade necessária de preservativos e a testes de VIH e outras ITS.

**“Porque quando explicar que és trabalhadora de sexo, vai ser mesmo ignorada a partir da doutora que vais explicar. O atendimento vai ser já diferente.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

Apesar destes relatos de discriminação, algumas mulheres transgénero profissionais do sexo referiram ter tido experiências positivas nas unidades sanitárias. Algumas destacaram a importância da sua apresentação pessoal, que ilustra o impacto positivo da performatividade de uma mulher trans, quando associada a padrões convencionais de feminilidade, beleza e elegância.

**“Quando eu vou ao hospital, mesmo doente, eu dou-me um banho primeiro. Vou de salto alto mesmo. Estás doente, mas tens que ir bonita. Eu, quando chego lá, todo mundo fica assim [a olhá-la]. Eu provoco. Então sou bem atendida nos hospitais mesmo. Adoro.”**

Trabalhadora do sexo transgénero, Província de Luanda

### 3.6 Quais os factores que contribuem para a violência?

O estudo revela que vários factores de risco contribuem para a violência sofrida por profissionais do sexo em Angola, embora não seja possível estabelecer uma relação causal directa. Estes factores tendem a ocorrer em conjunto com outras circunstâncias e contextos específicos. Os factores associados a níveis mais elevados de violência incluem o trabalho em múltiplos locais e na rua, o consumo de álcool e drogas, a condição de migrante, o nível de escolaridade e o estado seropositivo para o VIH.



#### Contexto de trabalho

Algumas condições e circunstâncias do trabalho aumentam o risco de violência, nomeadamente o local onde o trabalho do sexo é exercido.

A maioria das participantes trabalha em vários locais: quase dois terços (64%) referem exercer actividade na rua, 55%, em bares e 57%, em hotéis. Trabalhar em múltiplos locais implica

maior exposição a potenciais autores de violência, como clientes, chulos e agentes da polícia. Os profissionais do sexo na rua, por estarem menos protegidas e mais expostas, revelam-se particularmente vulneráveis, em comparação com os que trabalham em locais fixos ou online. Como referido anteriormente, a polícia tende a abordar os profissionais do sexo que trabalham na rua para as recolher. As mulheres profissionais do sexo referem com maior frequência trabalhar na rua, o que constitui um factor importante de maior vulnerabilidade em relação aos homens e às mulheres transgénero que exercem a mesma actividade.

**“As ruas tornam o trabalho de sexo muito perigoso. Muitas das vezes somos enxotadas, julgadas e até mesmo agredidas.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda



#### Consumo de álcool e drogas

Um factor de risco relevante para a violência é o consumo de álcool e drogas, bastante comum entre

os profissionais do sexo. Esta prática pode comprometer o discernimento e expô-los a situações de maior vulnerabilidade. A maioria das pessoas inquiridas (78%) referiu ter trabalhado sob a influência do álcool no último mês, e mais de metade (54%) consumiu drogas no mesmo período. As substâncias mais citadas nos últimos 12 meses foram a liamba (54%), os comprimidos para dormir (40%), a Légua – drogas caseiras – (24%), a cola (14%), a cocaína (12%), o Kapassarinho – mistura de drogas de rua composta por líquidos e comprimidos – (12%) e a heroína (4%). Os dados indicam que o consumo de álcool é mais frequente do que o de drogas.

À semelhança de estudos realizados noutros países, muitas das pessoas entrevistadas destacaram o papel do álcool e das drogas no exercício do trabalho do sexo. De acordo com os relatos, o álcool ajuda a «ter coragem» para lidar com os clientes. Outros referem o consumo como uma estratégia para enfrentar a violência e o estigma associado, embora nem sempre seja eficaz.

**“Tens que beber, há quem não bebe, fuma liamba, há quem não fuma liamba, fuma cocaína. Então quando fumar aquela cocaína ou a liamba, vais ter coragem de enfrentar o cliente, não vais ter vergonha. Vais conseguir conversar, vais conseguir lhe convencer.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“A minha maior luta é sair da bebida, porque eu consumo através do que eles falam. Eles diziam que eu sou puta, eu faço vida, ‘és suja’, ‘todo homem te dorme’. Eu bebo para esquecer tudo o que eles falaram o que eu sou, às vezes não resulta quando eu bebo, o pensamento só vem mais [forte].”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda



#### Baixo nível de escolaridade

O estudo identificou uma correlação entre os baixos níveis de escolaridade e todos os tipos de violência analisados. Os

baixos níveis de escolaridade podem limitar o acesso a recursos económicos, redes de apoio, informação sobre direitos e serviços disponíveis em caso de violência, bem como a estratégias de negociação e autoproteção, aumentando assim a vulnerabilidade dos profissionais do sexo.

A experiência de violência foi particularmente elevada entre profissionais do sexo sem qualquer escolaridade (96%) e com ensino básico (95%), diminuindo progressivamente entre os que possuem ensino secundário (88%) e formação profissional ou universitária (63%). O mesmo padrão observou-se para a violência económica e sexual, cujas taxas diminuíram de forma acentuada à medida que o nível de escolaridade aumentava. Os resultados revelam ainda que mulheres profissionais do sexo apresentam níveis de escolaridade mais baixos em comparação com os do sexo masculino e as mulheres transgénero. Mais de um quarto das mulheres (27%) não tem qualquer escolaridade, o que pode indicar situações de analfabetismo, conforme ficou evidente nos grupos focais, onde muitas

participantes não sabiam ler nem escrever. Além disso, 38% possuem apenas o ensino básico. Em contrapartida, três quartos (74%) das pessoas do sexo masculino profissionais do sexo completaram o ensino secundário. Estes níveis de escolaridade mais elevados facilitam o acesso às redes sociais, um espaço importante para obter informação e onde também exercem trabalho do sexo.

### 3.7 Pessoas em situação de maior risco



#### Pessoas migrantes profissionais do sexo

As pessoas migrantes profissionais do sexo, quer provenientes de outras regiões do país quer do estrangeiro, sofrem níveis muito elevados de violência (95%), em comparação com as não migrantes (88%). Registam taxas mais elevadas de violência física (85%), sexual (77%) e emocional (87%) do que as pessoas da região de Luanda.



#### Profissionais do sexo com estado serológico positivo para o VIH

O estudo identificou uma associação significativa entre o estado serológico para o VIH e a exposição à violência. Os profissionais do sexo e que vivem com o VIH relataram taxas mais elevadas de violência física (96%) em comparação com as seronegativas, bem como taxas mais elevadas de violência económica (88%). Entre os profissionais do sexo que relataram ter sofrido discriminação, as que vivem com o VIH enfrentaram-na com maior frequência do que as seronegativas. Estas associações não estabelecem uma relação de causalidade, mas sugerem que a violência pode aumentar a vulnerabilidade ao VIH e pode ser mais grave para quem vive com o VIH. Isto reforça a importância de integrar a prevenção da violência e os serviços relacionados com o VIH.

#### 3.7.1 Estratégias de prevenção e mitigação de riscos

Dado este cenário generalizado e quotidiano de violência, quase todas os profissionais do sexo recorrem a estratégias para reduzir os riscos associados ao trabalho do sexo ou para lidar com a violência. Quase todos (99%) utilizam pelo menos uma estratégia de prevenção ou mitigação de riscos. Em média, cada participante adota 12 estratégias diferentes, o que demonstra um esforço contínuo e cumulativo de autoproteção. Estas estratégias são essencialmente individuais e reactivas, reflectindo a ausência de sistemas de

protecção. Longe de eliminar a violência, estas estratégias permitem principalmente a gestão de riscos num contexto marcado pela insegurança, pelas desigualdades de género, pelo estigma e pela violência institucionalizada.

#### **Trabalhar a partir de locais seguros**

As estratégias de prevenção da violência mais comuns estão relacionadas com a gestão de espaços e locais de trabalho. A grande maioria dos participantes (95%) refere evitar locais considerados perigosos ou remotos, o que é também uma orientação central das organizações de profissionais do sexo. 59% dos profissionais do sexo mudam de local se houver patrulhas policiais ou presença da polícia.

“Outro ponto é que, se forem para um sítio, que seja próximo do sítio onde elas [mulheres trans trabalhadoras do sexo] conhecem, porque ultimamente tem acontecido muito femicídio. Homens que vão no sítio, levam uma trabalhadora de sexo. E depois levam para uma zona muito...tipo um matagal, uma parada de drenagem, muito grave. Pra agredi-la, roubar-lhe dinheiro, violentá-la e talvez até mesmo dar um tiro.”

Activista trans, Província de Luanda

“Quando estás no trabalho, no lado de sexo, eu almejo sempre escolher um sítio onde eu me sinta confortável. Porque nós estamos numa sociedade em que o nível de maldade está muito alto. Então, muitas das vezes, quando clientes solicitam, eu aceito irnos em sítios que o cliente escolhe, quando já é um cliente que já tem solicitado os meus trabalhos. Agora, se for alguém novo, eu opto mesmo em escolher o sítio. Desta forma me sentirei mais seguro e acho que vai ter mais vantagens para mim também.”

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

Os dados indicam que 95% procuram trabalhar em recintos fechados sempre que possível. Reconhece-se que os espaços fechados são mais seguros do que as ruas, tal como os locais fixos. Alguns profissionais do sexo reconhecem que trabalhar em locais fixos seria mais seguro para eles.

“O que eu faria para tornar o meu trabalho mais seguro é trabalhar com clientes habituais e frequentar só de dois sítios a três. Não estar aí em sítios sempre diferentes. É mais menos isso.”

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

#### **Seleção rigorosa de clientes**

A seleção e gestão de clientes constituem outro aspeto central das estratégias de mitigação de riscos. Embora seja difícil, na maioria das vezes os profissionais do sexo não conhecem a pessoa com quem estão a negociar o serviço. No entanto, há sinais importantes que são tidos em conta e que orientam as decisões de recusar clientes considerados potencialmente violentos. A maioria dos profissionais do sexo (90%) refere recusar clientes, sendo que 60% o fazem porque sabem que o cliente é violento, 62%, devido a falta de respeito, 66%, devido à recusa em usar preservativo e 37%, quando o cliente queria consumir álcool ou drogas. Os profissionais do sexo concordam que é melhor não aceitar clientes que já mostram sinais de violência durante as negociações. Também preferem não trabalhar com clientes que tenham sido violentos para com eles no passado.

“Vai fazer confusão. Se já quer confusão quando ainda assim estamos a conversar, então entrar é pior, então, aí prefiro não fazer.”

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

“Mas desde então, retirei o cliente [violento] da minha lista de contactos.”

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

Mais de dois terços (68%) dos profissionais do sexo guardam os contactos dos clientes. Muitos preferem ter clientes habituais para reduzir as hipóteses de violência. Mesmo esta estratégia não é uma garantia, pois já houve casos em que os profissionais do sexo marcaram encontros com clientes e, ao chegarem, encontraram mais do que uma pessoa presente. Um deles chegou mesmo a referir que os clientes mais velhos seriam mais seguros.

**“Primeiro é que eu prefiro sempre ter clientes fixos. Não essa de ter vários clientes que, caso aconteça alguma coisa, eu não sei onde achar o cliente, não tenho nenhuma informação do cliente, então eu prefiro sempre ter clientes fixos para eu não ter que passar por esse tipo de violência.”**

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

#### Envolver os colegas

Um grande número de profissionais do sexo relatou partilhar a sua localização ou para onde se dirigem com os colegas. Alguns até partilham a matrícula do carro. Desta forma, se houver algum atraso excessivo no regresso, os colegas podem localizar a pessoa. A comunicação com os colegas é fundamental. De acordo com os dados quantitativos, 66% informam uma pessoa de confiança sobre para onde vão com um cliente.

**“Então eu ligo já para um amigo, digo ‘eu estou aí para um trabalho com um cliente, a localização é essa, o carro é essa cor, se eu não estou a aparecer por muito tempo, está aqui os dados, então é só me procurar’. É sempre bom fazer isso.”**

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

#### Mudança de comportamento

Mais de oito em cada dez entrevistados (88%) afirmam que adaptam o seu comportamento para evitar problemas. Nos relatos qualitativos, os profissionais do sexo referem preferir obedecer aos clientes ou até à polícia para reduzir a possibilidade de violência. Relatos de alguns profissionais do sexo masculino e transgénero

sugerem maior empoderamento nas suas relações com clientes e com a polícia, embora também sejam menos propensos a agravar as situações.

**“Obediência. Se ele chegar, “quero dinheiro”. Se tiver dinheiro, é só pegar o dinheiro e lhe dar. Se não tiver, conversar com ele com respeito, ser com humildade com ele, e ele vai te entender.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“Bom, a princípio é ouvir o que ele tem para dizer e calar, até chegar o momento de falar alguma coisa. Se for trabalhador do sexo que ele [polícia] já vai ver que este é só mais um, ele vai agir mesmo de forma agressiva porque ele simplesmente vai estar aí a mostrar o papel dele de polícia. Já se for alguém [trabalhador do sexo] que sabe pelo menos conversar, se sabe principalmente de algum direito que tem antes de ser detido, então aí ele [polícia] já fica meio com aquele cuidado, porque sabe que se fizer algo que não vai de acordo com essa pessoa que tem um pouquinho do conhecimento, pode ser ruim para o lado dele. Então tentam conciliar uma boa conversa para ver se chegam ao meio termo e resolvem as coisas na tranquilidade.”**

Trabalhador do sexo, Província de Luanda

Noutras ocasiões, alguns profissionais do sexo preferem enfrentar directamente situações potencialmente violentas. Relatam que, por vezes, recorrem ao confronto directo com os clientes como forma de afirmação, uma estratégia menos frequentemente mencionada pelas mulheres profissionais do sexo. No entanto, esta estratégia pode muitas vezes envolver o risco de uma reacção violenta por parte do cliente.

#### Ocultação da polícia

Outras estratégias para lidar com a violência estão directamente ligadas à polícia, mas destinam-se a evitar a violência policial, e não porque a protecção

policial seja em si uma estratégia de mitigação. Uma grande parte das pessoas (64%) esconde-se da polícia. Quase metade dos participantes (49%) paga dinheiro para evitar a detenção.

#### Negociação e aceitação de pagamento

A negociação financeira prévia surge como um elemento-chave de protecção. Cerca de 90% dos profissionais do sexo afirmam negociar e receber o pagamento antes do acto sexual, embora isso nem sempre funcione, visto que os clientes podem roubar o dinheiro posteriormente. 85% escondem o dinheiro para evitar roubos, chegando mesmo a guardá-lo nas solas dos sapatos.

#### Criar relações

Mais de dois terços dos profissionais do sexo (69%) fazem amizade com pessoas nas proximidades do seu local de trabalho. 43% emprestam temporariamente dinheiro a outros profissionais do sexo para proteger o seu próprio dinheiro, 40% emprestam temporariamente dinheiro a outras pessoas e 50% pagam pequenas quantias a seguranças para que guardem o seu dinheiro. Estas práticas são frequentemente referidas como formas básicas, mas essenciais, de reduzir as perdas económicas.

**“Eles [polícia] estavam a me insultar. Eu lhe disse, ‘não vais me meter presa porque tu que começaste com a agressão. Já está a nos faltar respeito, isso já é um crime’. Começamos assim a debater, os policias depois se decidiram, foram embora.”**

Trabalhadora do sexo transgénero, Província de Luanda

**“O operativo são os guardas que fazem as cabanas. Na rua onde nós paramos tem empresas, tem casas e nessas casas têm segurança. Mais base nas empresas, então os seguranças ficam lá fora de pé ou sentado na cadeira. Quando tens um dinheiro, não pode andar com aquele dinheiro, é muito, dá no segurança para guardar.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

Outras relações podem ser exploradoras, uma vez que envolvem subornos e sexo em troca de algo, mas continuam a ser estratégias úteis para promover a segurança. Mais de metade dos profissionais do sexo (51%) têm relações sexuais com a polícia para evitar mais abusos, 49% fazem pagamentos a terceiros para que lhes permitam trabalhar num local específico, 32% seduzem e 19% chantageiam a polícia.

### 3.8 Apoio aos profissionais do sexo

Uma minoria dos profissionais do sexo está ligada a redes de apoio formais: quase um quarto (23%) referiu estar envolvido em alguma rede de profissionais do sexo, como a ADM, ATSA, Doces para Sempre ou outras iniciativas comunitárias. Apenas 11% indicaram receber apoio de pelo menos uma organização não governamental. As organizações comunitárias como a ADM e ATSA são estruturas de pequena dimensão, com uma presença reactivamente recente em Luanda e ainda em processo de consolidação e reforço institucional, o que explica o seu baixo alcance entre os profissionais do sexo. A maioria desconhece a existência destas organizações. O facto de muitos profissionais do sexo preferirem manter a sua profissão em segredo significa que não procuram organizações que os possam representar. Contudo, os profissionais do sexo que recebem apoio destas organizações e de organizações LGBTIQ+ salientam a importância dessa ajuda, tanto para obter preservativos suficientes como para receber apoio emocional em situações no local de trabalho.

**“Recentemente, só vai uma semana. Mas eu digo que ela [educadora de par] é uma boa pessoa. Sim. Ela não tinha muito, mas consegue me dar um pouco [preservativo] do que ela tem. Sim. Ela me ajudava só de ligar.”**

Trabalhadora do sexo, Província de Luanda

**“Mas na maioria das vezes, venho aqui para o [abrigo]. Porque [o abrigo] é o único lugar onde me consigo ver como pessoa. É um lugar inclusivo. É um lugar onde todas as pessoas LGBT podem vir. Ao contrário de estar na rua ou sozinha em casa. E valorizo sempre cada momento.”**

Mulher transgénero, trabalhadora do sexo,  
Província de Luanda

## **Organizações profissionais do sexo em Angola: um movimento em crescimento**

Nos últimos anos, Angola tem testemunhado o crescimento e a maior visibilidade de organizações lideradas por profissionais do sexo, representando diversos grupos, tais como mulheres cisgénero, pessoas transgénero e homens que fazem sexo com homens. Entre estas organizações estão incluídas a Associação de Trabalhadores do Sexo de Angola (ATSA) e a Associação para os Direitos das Mulheres (ADM), parceiras da aidsfonds. Estas entidades têm desenvolvido serviços de pares, oferecendo informação sobre a prevenção do VIH e de outras IST, distribuição de preservativos e lubrificantes, aconselhamento, apoio psicossocial, encaminhamento para serviços de saúde e assistência legal, bem como actividades de consciencialização da comunidade e formação em direitos humanos.

Nos últimos anos, esses grupos também contribuíram para fortalecer o movimento de profissionais do sexo em Luanda, promovendo maior organização comunitária, formação em liderança e participação em espaços de diálogo político sobre saúde, direitos humanos e políticas públicas relacionadas ao trabalho do sexo.

Este movimento está ligado a um conjunto mais vasto de organizações da sociedade civil lideradas por populações-chave que trabalham na resposta ao VIH e na promoção dos direitos humanos em Angola. Destacam-se a Associação IRIS Angola, uma das primeiras organizações LGBTQ+ do país e pioneira na implementação de serviços adaptados às populações-chave no sistema de saúde pública, através do modelo de cuidados baseados na comunidade no Centro de Saúde de Rangel; o Movimento Eu Sou Trans (MESTA), focado na visibilidade e na defesa dos direitos das pessoas transgénero; e o Arquivo de Identidade Angolana (AIA), que combina a defesa de direitos com a partilha de conhecimentos e o apoio comunitário imediato, incluindo a gestão do único abrigo comunitário para pessoas LGBTQ+ e profissionais do sexo no país. Estas organizações desempenham um papel importante na recolha de dados, na formação de profissionais de saúde e em campanhas de sensibilização do público sobre o estigma e a discriminação.

## 4. Conclusão

A violência contra os profissionais do sexo em Luanda é generalizada, frequente e multifacetada, com diversas formas que se entrecruzam.

As necessidades económicas constituem a principal razão para ingressar e permanecer no trabalho do sexo. Trabalhar na rua, em bares e em paragens de camiões aumenta a exposição à violência, enquanto contextos menos visíveis, como o trabalho online, podem funcionar como factor de protecção. A deslocação entre locais representa outro factor de risco, tal como o estigma social associado ao trabalho do sexo. Este estigma cruza-se com diferentes formas de opressão de género que afectam os profissionais do sexo do sexo feminino, do sexo masculino e as mulheres transgénero. As pessoas do sexo feminino profissionais do sexo sofrem níveis significativamente mais elevados de violência, seguidas pelas mulheres transgénero e pelas pessoas do sexo masculino profissionais do sexo. A discriminação constitui uma barreira ao acesso aos cuidados de saúde e à prevenção, testagem e tratamento do VIH.

Os clientes e a polícia surgem como os principais perpetradores de violência, tornando-se parte integrante do contexto onde o trabalho do sexo é exercido. Mais de metade dos participantes na investigação relatou violência física, sexual e económica por parte dos clientes, e uma proporção igualmente elevada relatou violência por parte de agentes da polícia. O contacto com o sistema policial aumenta os riscos de abuso, em vez de os reduzir. A influência da família é mista, sendo frequentemente negativa e levando muitas vezes ao trabalho do sexo devido à necessidade de sustentar financeiramente os membros da família, especialmente no caso de mulheres profissionais do sexo. Uma proporção significativa sofreu violência familiar, em particular as mulheres transgénero profissionais do sexo e os homens profissionais do sexo.

Os profissionais do sexo adoptam estratégias de prevenção e mitigação de riscos para lidar com a violência. Recorrem a diferentes formas de se protegerem, com eficácia limitada e que muitas vezes envolvem custos elevados, como pagamentos ou favores sexuais à polícia. Estas pessoas não dispõem do apoio de que necessitam

para lidar com as situações de violência que enfrentam. São poucos os que participam em redes de profissionais do sexo, devido ao alcance limitado dessas redes.

Em última análise, a violência contra profissionais do sexo em Luanda está profundamente ligada a factores estruturais, incluindo a opressão de género, a migração, dinâmicas familiares, os contextos de trabalho e as más práticas institucionais. Por isso, é necessária a intervenção de um vasto leque de actores na sociedade. Tendo em conta este contexto, as recomendações que se seguem envolvem vários actores e níveis de intervenção, e baseiam-se nos testemunhos dos profissionais do sexo e dos Informantes-chave entrevistados.

### 4.1 Recomendações

#### **Recomendações para autoridades governamentais e decisores políticos:**

- > Reconhecer a violência contra os profissionais do sexo como uma questão de direitos humanos e de saúde pública, e reconhecer formalmente o dever do Estado de prevenir, responder e corrigir tais violações.
- > Assegurar a participação efectiva dos profissionais do sexo e das suas organizações representativas em todas as leis, políticas e processos de tomada de decisão que afectam as suas vidas, incluindo a representação em grupos de trabalho, forças-tarefa e comissões governamentais.
- > Iniciar processos de reforma legal inclusivos, com a colaboração directa das organizações de profissionais do sexo, de modo a discutir a descriminalização total do trabalho do sexo e leis que protejam os direitos laborais, a segurança e a autonomia corporal dessas pessoas.
- > Acabar com a violência policial e os abusos impunes, revisando as práticas policiais em relação aos profissionais do sexo, estabelecendo mecanismos independentes de responsabilização e monitorização, e reforçando a supervisão através de instituições como o provedor de justiça.

- > Garantir o acesso não discriminatório aos cuidados de saúde, à justiça e aos serviços de protecção, nomeadamente através da criação de protocolos, normas de cuidados e mecanismos de encaminhamento favoráveis aos profissionais do sexo, que não dependam exclusivamente de denúncias policiais. Ampliar o acesso gratuito a preservativos e lubrificantes através das unidades sanitárias e aumentar o fornecimento desses produtos às organizações lideradas por profissionais do sexo.
- > Reforçar as boas práticas institucionais por meio da formação de agentes policiais, profissionais de saúde e outros agentes públicos em direitos humanos, redução de danos, diversidade de género e respostas à violência centradas nas sobreviventes.
- > Integrar a prevenção e a resposta à violência nos serviços de VIH e de saúde e direitos sexuais e reprodutivos para profissionais do sexo, reconhecendo as ligações claras entre a violência, o risco de VIH e os resultados do tratamento.
- > Apoiar o empoderamento económico numa base voluntária e fundamentada nos direitos, garantindo o acesso à educação, à formação profissional, à protecção social e a programas de geração de rendimentos sem condicionar o apoio à saída do trabalho do sexo.

#### **Recomendações para financiadores, agências da ONU e sociedade civil**

- > Providenciar financiamento contínuo, ágil e de longo prazo às organizações lideradas por profissionais do sexo, priorizando o financiamento de base que fortaleça a liderança, a boa gestão, a defesa de direitos e a construção do movimento.
- > Apoiar o Governo angolano na criação de mecanismos nacionais voltados aos direitos dos profissionais do sexo, compartilhando práticas baseadas em evidências, estimulando o aprendizado Sul-Sul e facilitando a participação em fóruns regionais e internacionais de direitos humanos.
- > Defender junto dos doadores e instituições multilaterais um financiamento específico para prevenir a violência contra os profissionais do sexo, reconhecendo que as estratégias individuais de mitigação de riscos são insuficientes se não houver reformas estruturais.
- > Investir no empoderamento económico e em oportunidades de empreendedorismo, incluindo o acesso a financiamento e a iniciativas de geração de rendimentos, respeitando simultaneamente a autonomia e as escolhas de vida dos profissionais do sexo.
- > Apoiar o Governo de Angola no reforço da prevenção combinada do VIH para profissionais do sexo, através da expansão das opções de prevenção, incluindo o acesso a uma variedade de preservativos e lubrificantes baseados nas preferências dos utilizadores, nas percepções da comunidade e em parcerias com organizações de profissionais do sexo.

#### **Recomendações para o movimento dos profissionais do sexo**

- > Construir e fortalecer alianças com movimentos feministas, LGBTIQ+, de direitos humanos, de saúde pública e sindicais para abordar formas interseccionais de violência, estigma e exclusão.
- > Liderar a documentação comunitária da violência e das violações de direitos, gerando evidências que apoiem a defesa de direitos, a responsabilização e a melhoria dos serviços.
- > Expandir as iniciativas do tipo «conheça os seus direitos», permitindo que os profissionais do sexo compreendam, reivindiquem e defendam os seus direitos constitucionais, enquanto desafiam coletivamente o abuso e a discriminação.
- > Desenvolver a liderança dos profissionais do sexo e a formação liderada por pares, garantindo que a experiência vivida informe o envolvimento com instituições governamentais, prestadores de serviços e outras partes interessadas.
- > Identificar e cultivar aliados dentro de instituições governamentais relevantes, tais como saúde, justiça e serviços sociais, e investir em relações que reforcem a confiança, aumentem a adesão institucional e promovam políticas e práticas mais responsivas e inclusivas.
- > Reforçar os sistemas de resposta à violência liderados pela comunidade, incluindo redes de apoio entre pares, vias de encaminhamento e mecanismos seguros de denúncia e assistência que priorizem a confidencialidade, a dignidade e a autonomia das sobreviventes.

- > Promover a organização coletiva e a construção de movimentos, reconhecendo a solidariedade e o apoio mútuo como estratégias-chave para reduzir a violência, aumentar a segurança e promover a mudança social a longo prazo.

## **As comunidades lideram o caminho:**

**As iniciativas lideradas pela comunidade são a forma mais eficaz de reduzir o VIH e a violência. Iniciativas lideradas por profissionais do sexo têm demonstrado reduzir o risco de novas infeções por VIH entre essas pessoas em 32% (Lancet, 2014). É essencial financiar iniciativas lideradas por profissionais do sexo, reconhecendo-as como especialistas, na melhor posição para conceber soluções eficazes e baseadas nos direitos.**

# Referências

AIA, ADM & ATSA (2024). Submissão ao Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais – Grupo de Trabalho Pré-Sessão (74.ª Pré-Sessão) – Análise da República de Angola.

Aidsfonds (2018). Trabalho do sexo e violência na África Austral. Uma investigação participativa no Botsuana, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabué. <https://aidsfonds.org/resource/sex-work-and-violence-in-southern-africa-regional-report/>

Comissão Nacional de Luta contra a Sida e as Grandes Endemias. VII Plano Estratégico Nacional de Resposta ao VIH/SIDA, Hepatites Virais e outras Infecções de Transmissão Sexual. [https://hivpreventioncoalition.unaids.org/sites/default/files/attachments/angola\\_pen\\_plano\\_estrat\\_gico\\_nacional\\_angola.pdf](https://hivpreventioncoalition.unaids.org/sites/default/files/attachments/angola_pen_plano_estrat_gico_nacional_angola.pdf)

Decker, M. R; Crago, A.; Chu, S.K.H.; Sherman, S. G.; Seshu, M.S.; Buthelezi, K.; Dhaliwal, M.; Beyrer, B. (2015). Violações dos direitos humanos contra profissionais do sexo: impacto e efeitos sobre o VIH. *The Lancet*, 385, 186-199.

Deering, K.N.; Amin, A.; Shoveller, J.; Nesbitt, A.; Garcia-Moreno, C.; Duff, P.; Argento, E.; Shannon, K. (2014). Uma revisão sistemática dos factores associados à violência contra profissionais do sexo. *American Journal of Public Health*, 104 (5), 42.54.

Egg, R. (2023). Narrativas de profissionais do sexo em Luanda: contribuições para as discussões feministas sobre o trabalho do sexo. [Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, o Género, a Cidadania e o Desenvolvimento, Universidade Aberta de Portugal]. <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/1dc19b34-a78f-4ea0-8217-4a7607749b8a>

FHI 360 (2019). Um guia para a prevenção e resposta abrangentes à violência em programas para populações-chave. Um Guia para a Prevenção e Resposta Abrangentes à Violência em Programas para Populações-Chave.

Rede Global de Pessoas que Vivem com VIH e SIDA (GNP+) (2022). Relatório do Índice de Estigma 2.0, Angola.

Relatório Final: Mapeamento Programático e Prevalência do VIH e de outras ITS entre Populações-Chave em Angola: Estudo PLACE 2018. [https://msh.org/wp-content/uploads/2019/12/resource-linkages-portuguese-angola-report-june\\_2018.pdf](https://msh.org/wp-content/uploads/2019/12/resource-linkages-portuguese-angola-report-june_2018.pdf)

IBBS (2025). Inquérito Biológico e Comportamental Integrado (IBBS) sobre o VIH, a sífilis e a hepatite B entre profissionais do sexo, homens que fazem sexo com homens e mulheres transgénero em Angola. Relatório Final (em publicação).

INE, MINSA e ICF. (2024). Inquérito de Indicadores Múltiplos de Angola, 2023–2024: Relatório de Indicadores Básicos. Luanda, Angola e Rockville, Maryland, EUA.

INLS (2023). Protocolo Nacional de Aconselhamento e Testagem para o VIH em Angola.

Kerrigan D; Kennedy CE; Morgan-Thomas R; Reza-Paul S; Mwangi P; Win KT; McFall A; Fonner VA; Butler J. Uma abordagem de empoderamento comunitário na resposta ao VIH entre profissionais do sexo: eficácia, desafios e considerações para a implementação e ampliação. In: *Lancet*. 2015 Jan 10;385(9963):172-85. doi: 10.1016/S0140-6736(14)60973-9. Epub 2014 Jul 22. PMID: 25059938; PMCID: PMC7394498.

PNUD (2020). Angola: Avaliação do Ambiente Jurídico para o VIH e o Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva.

PNUD (2021). Iniciativa de Governança Inclusiva: Relatório de Base de Angola.

ONUSIDA (2012). Nota de Orientação sobre o VIH e o Trabalho do Sexo. [https://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/JC2306\\_UNAIDS-guidance-note-HIV-sex-work\\_en\\_0.pdf](https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/JC2306_UNAIDS-guidance-note-HIV-sex-work_en_0.pdf)

ONUSIDA (2024). VIH e Trabalhadoras Sexuais. [https://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/05-hiv-human-rights-factsheet-sex-work\\_en.pdf](https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/05-hiv-human-rights-factsheet-sex-work_en.pdf)

ONUSIDA (2024). VIH e Trabalhadoras Sexuais. [https://www.unaids.org/sites/default/files/media\\_asset/2024-unaids-global-aids-update-sex-workers\\_en.pdf](https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/2024-unaids-global-aids-update-sex-workers_en.pdf)

USAID & PNUD/LINKAGES (2019). Leve os seus direitos consigo. Guia prático sobre direitos à luz da legislação angolana. <https://aiaangola.org/publicacoes-da-aia/>

Viswasam, N.; Rivera, J.; COMINS, C.; RAO, A.; Lyons, CE; & Baral, S. (2021). A Epidemiologia do VIH entre Trabalhadoras Sexuais em Todo o Mundo: Implicações para a Investigação, Programas e Políticas. In: Goldenberg, SM et al. (eds.), Trabalho do sexo, saúde e direitos humanos. Springer.

OMS, FNUAP, ONUSIDA, NSWP, Banco Mundial & PNUD (2013). Abordar a violência contra as trabalhadoras sexuais: Implementação de programas abrangentes de VIH/ITS com trabalhadoras sexuais: Abordagens práticas a partir de intervenções colaborativas. Fundo das Nações Unidas para a População.

## Créditos e agradecimentos

### Autoras

Ana Diaz (Consultora)  
Rafaela Egg (Consultora)

### Coordenadoras da Investigação

Ingeborg van Beekum (Aidsfonds)  
Ana Diaz (Consultora)  
Rafaela Egg (Consultora)

### Supervisão e Apoio Académico

Dra. Lorraine Nencil  
Dra. Ineke Nagel (Universidade Livre de Amesterdão)  
Dra. Suzan Doornwaardt (Elephant Path Research & Consulting)

### Assistentes de Investigação

Alone Kandongo  
Aury dos Reis Calunga  
Diana Damião Manuel Gongga  
Estefânia Paulo  
Jeny Pata Léo  
Lourdes Miranda  
Madonna Bondo Zangula  
Gilberto Francisco  
Maria Simão Mendes Calemgue  
Nery Vompark  
Umbelina Mateus

### Grupo Técnico

Maria Lúcia Mendes Furtado (Instituto Nacional de Luta contra a SIDA)  
José Carlos de Oliveira Dias Van-Dúnem (Instituto Nacional de Luta contra a SIDA)  
Maria do Rosário Cardoso Marques (Instituto Nacional de Luta contra a SIDA)  
Tânia Chilumbo (Instituto Nacional de Luta contra a SIDA)  
Graça Manuel (Instituto Nacional de Luta contra a SIDA)  
Celeste dos Santos (Ministério do Interior, Angola)  
Luísa Calungo (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher)  
Luísa Sanches (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher)  
Daniel Massukinini (Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos)  
Suzana Trindade (Direcção Nacional de Saúde Pública)  
Isabel Daniel (ONUSIDA)  
Claudia Barros (PNUD/Fundo Global)  
Fernando Damazio (PNUD)

### Associação dos Direitos das Mulheres (ADM)

Catarina Mendes  
Elisabeth Domingos Musseque  
Olívio Domingos Sebastião

### Aliança dos Trabalhadores do Sexo de Angola (ATSA)

Honey Oliveira  
Gelson Moreira  
Narray Matias

### Tradução para Português

Gastão Figueiredo

### Publicado por

2026 © Aidsfonds  
Todos os direitos reservados



Tornado possível graças ao apoio do Ministério  
dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos



Kingdom of the Netherlands